

REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO - IRB

11/11/2024

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Boa tarde tudo bem? Quero, primeiro, agradecer a todos vocês que estão aqui presentes para esta reunião do Comitê Técnico de Educação. Dizer que na nossa reunião, técnica do Comitê Técnico de Educação, vamos apresentar dois produtos importantes. Um produto, nós já fizemos uma parte, aliás, nos dois produtos, nós fizemos uma parte do caminho. E na continuidade desse caminho, no primeiro, nós faremos uma proposta a vocês, e ficará lá uma fiscalização planejada, na prateleira, pro Tribunal que quiser, já pegar e implementar. No outro, nós vamos convocar todos vocês para acessarem um portal que nós vamos construir, de carreiras, e a gente fazer a primeira consolidação dos planos de carreira do magistério brasileiro. Então nós vamos oferecer pra academia, pro terceiro setor e pra todo sistema de controle. Entendo que, pelos aplausos de vocês, uma belíssima ferramenta. Então, peço que vocês tenham paciência pra nos acompanhar até o final, porque tem apresentação das duas coisas. Eu estou, minha reunião é esta aqui. Mas o IRB convocou uma assembleia geral, e na assembleia geral me convocou a falar sobre o “Compromisso da Criança Alfabetizada”. E vai me dar posse numa função. Então preciso, em algum momento, me retirar rapidamente e voltar. Mas aqui tem o conselheiro Cezar Colares; a conselheira Susana, que vai lá também e vai voltar; tem o conselheiro Carlos Ranna. De modo que estamos extremamente bem representados com todos vocês também que participam aqui conosco. E quero iniciar este momento de informação. Na pauta tá assim, “boas-vindas, saudações”. Estão, sintam-se todos saudados, boas-vindas dadas! Segundo ponto de pauta, é informe. O informe que vamos dar é o local do nosso próximo Sined, o nosso 7º Sined tem lugar e tem data. Eu não sei se a presidente do Tribunal anfitrião, vai dar a data. Mas ela já combinou com a gente a data. Ela tem toda liberdade de falar de um tudo sobre o Sined, que vai ser na cada dela. Aí eu pergunto à nossa equipe técnica se eu posso botar o vídeo que a conselheira Susana, gentilmente, construiu pra anunciar o 7º Sined. E logo que acabar o vídeo, ela assume o microfone.

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA AZEVEDO (TCE-SE) – Boa tarde a todos! Vamos começar. (é feita a apresentação do vídeo) E aí? Então, o Tribunal de Sergipe tem a maior honra de sediar o encontro dos Tribunais de Contas na área da educação.

Sabemos do compromisso que a Atricon tem, que o IRB tem, que o nosso presidente do Comitê tem com a educação. Temos que melhorar a educação brasileira. E com isso nós não nos furtamos, não fugimos, quando recebemos o convite de Rodrigo, para que pudéssemos realizar o Sined lá na Cidade de Aracaju. E com certeza estaremos lá de braços abertos para realizar o melhor Sined dos últimos tempos. Vamos fazer de tudo para que o Sined seja inesquecível, tanto na sua programação científica, tanto em público, como também em trazer atrativos para que todos vocês, que vão visitar Sergipe, vocês possam encontrar um bom forró. Vamos fazer do dia 23 a 25 de setembro. Já teremos praias ensolaradas, pra que vocês possam usufruir de um caranguejo, do camarão, tomar uma caipirosca, não é Ranna? E com certeza, eu acredito que vocês vão gostar bastante. E aí, estamos construindo toda a programação científica. Queremos um Sined onde as práticas sejam colocadas para que a gente possa influenciar os novos prefeitos, as novas prefeitas. Temos aí um novo ciclo de prefeitos, de gestores municipais. E nós queremos esse compromisso que eles tenham com a educação. Eles precisam, eles têm quatro anos de mandato. Então eles podem fazer um planejamento estratégico para melhorar a educação de seu município, para melhorar o IDEB, a questão do aprendizado, que as crianças possam realmente ser alfabetizadas no tempo certo. E aí é o grande desafio. Eu tenho certeza de que faremos o melhor Sined, levando toda a nossa expertise da Atricon, do IRB, para aqueles municípios sergipanos. Ali, nós vamos também convidar os municípios alagoanos, vamos convidar também os municípios da Bahia. Chamar a nossa querida Carolina Costa, que também gosta muito do trabalho da educação, que tem lá o “Educação é da Nossa Conta”. Nós temos também o “Pacto pela Educação”, onde todos os meses nos reunimos no Tribunal de Contas com todos os envolvidos na educação de Sergipe, secretaria de educação, a Undime, a Uncme, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual. Reunimos e debatemos graves problemas que ainda existem na educação brasileira. E aí, eu tenho certeza que será muito bom tê-los em nossa cidade, muito bom! E espero, vamos engajar os Tribunais, os presidentes, para que eles possam mandar o maior número de técnicos envolvidos na educação. E que tenhamos lá a nata do sistema de controle externo, principalmente aqueles que trabalham no seu dia a dia com a educação brasileira. Tá bom? Muito obrigada! Eu espero vocês lá, com certeza, com o 7º Sined, que será inesquecível no coração de vocês.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Bom! Então, amigos, já está convidado. Eu queria aproveitar para agradecer ao Luiz Claudio, agradecendo Santa Catarina, que fez o 4º Sined, estávamos lá. Agradecer à Fernanda,

agradecendo Goiás, que fez o 5º Sined. E agradecer à turma do Piauí, que fez o 6º Sined. E dizer que por conta desses registros, Susana, o desafio de fazer o melhor, não é fácil, o sarrafo está altíssimo. E nós contamos com você, para nada menos que isso, porque é próprio do seu brilho. Então, a gente agradece muito por você nos receber em sua casa pra fazermos o 7º Sined. A gente tem aprendido muito a trabalhar a fiscalização na educação, uns com os outros, fazendo juntos. Então, é uma experiência rica, é uma experiência única pra gente poder fazer esse simpósio. Quero agradecer a vocês todos que estão aqui, e às pessoas que estão nos acompanhando remotamente. Dizer que agora, neste momento, nós vamos para a apresentação do levantamento feito do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada. Já agradecendo aos Tribunais de Contas, todos. Antes de chamar o Alípio, eu vou fazer aqui uma contextualização pra quem não participou dessa construção, que nos traz até aqui, conselheiro Ranna, para esse trabalho. O que nós fazemos? O Comitê de Educação, ele ficou um comitê bastante ampliado. Nós temos mais de 120 técnicos e 25 conselheiros partícipes desse Comitê Técnico de Educação. Então vocês devem crer comigo que uma reunião desse Comitê, desse tamanho, se tornaria uma assembleia. Então nós fizemos uma organização do Comitê, que separou em instâncias os conselheiros, Cezar, e os técnicos, por quê? Os assuntos são diferentes, tanto é que na nossa instância de conselheiros, eu fui convidado para fazer uma palestra em Natal. E você vê como é robusto quando você vai colocando um monte de produto pra informar as pessoas. Então nós fizemos um parecer sobre o piso nacional do magistério. Nós fizemos um parecer sobre a utilização do salário educação. E nós fizemos um compêndio sobre a alimentação escolar, que deu um debate extremamente caloroso no âmbito dos conselheiros do Comitê de Educação. Já na instância de técnicos, que é assim que a gente chama, nós fizemos uma divisão por eixos de trabalho para que esses 120 técnicos pudessem se organizar nos eixos. E a cada ano, geralmente nos Sineds, a gente vota em qual fiscalização que vamos fazer. A primeira fiscalização que nós fizemos, por ter tido uma articulação com a Atricon, foi conhecida no Brasil inteiro, que foi a Operação Educação. Todos os 33 Tribunais de Contas do Brasil participaram, alguns, num volume maior, outros, num volume menor. Mas o importante foi o aprendizado, o fazer junto. Porque teve um ato de muita generosidade naquela construção, que foi alguns Tribunais que já tinham feito daquilo, e avançado, nos permitiram dar passos pra trás, se permitiu, na verdade, dar passos pra trás pra acompanhar aqueles que ainda não tinham passado por aquela experiência. Então todos nós vamos dando as mãos e aprendendo juntos, caminhando juntos, nessa

belíssima experiência. E agora, não diferente disso, foi votado para que nós fizéssemos um levantamento de como andam os municípios - estou só me antecipando para dizer a lógica, o Alípio e a Priscila que vão contextualizar o levantamento -, como andam a adesão dos entes subnacionais ao Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, Porque muitas vezes, o Governo Federal faz uma política indutora que, para existir, ela precisa ser construída com todos os entes subnacionais. Há uma adesão dos entes, mas não há uma efetiva implementação. Nós vimos isso lá no Espírito Santo. E nós vamos ver como isso está em todo o território nacional. Então eu vou chamar aqui o Alípio e a Priscila. Eles vão fazer a apresentação de quantos andam o levantamento. Só informando, antecipadamente, se o Alípio me permitir o *spoiler*, quatro Tribunais, inicialmente, não tinham feito adesão ao levantamento. Então, o nosso relatório final. E é a primeira vez que a gente faz um relatório final, condensado com todas as fiscalizações, que foi um pedido que vocês fizeram quando da Operação Educação. Então vejam que nós estamos dando atenção aos pedidos que vocês fazem, considerando com muita seriedade aquilo que vocês colocam. Então o nosso relatório vai estar sem esses quatro Tribunais. Mas os quatro Tribunais foram convidados a fazerem o levantamento agora. São eles: Minas Gerais; Roraima; o TCE da Bahia, porque teve apenas um conflito de entendimento. Porque como o compromisso tá lá nos anos iniciais, tá na “Alfabetização idade certa”, como o TCE da Bahia só acompanha o estado, entendeu que não tinha que fazer. Mas tem ações no compromisso, que são prerrogativas estaduais. Então também fará. E o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está aguardando um documento do IRB pra retomar esse procedimento. Mas já está combinado, fará. Então nós teremos o levantamento feito por todos os 33 Tribunais, ao final. E isso é um esforço. Isso não acontece por acaso, mas gratifica muito todos nós que trabalhamos nesse levantamento, nessa fiscalização. Já falei demais. Alípio e Priscila, por favor, as honras da casa e apresentação.

A SR.^a PRISCILA DE CASTRO (TCE-CE) – Boa tarde! Ih! Estou vendo aqui várias carinhas. Meu nome é Priscila. Olha a Nayla! Sou do TCE Ceará. Como o conselheiro falou, no começo dos trabalhos do Comitê Técnico, a equipe técnica foi dividida em eixos de trabalho. E desde então, eu tenho e acompanhado e coordenado os trabalhos relacionados ao Eixo 04, que é o eixo que trata da Intersetorialidade, focado na integralidade cidadã. Então, são ações da educação que necessitam dessa intersectorialidade para se desenvolverem. Então, nesse primeiro momento, a gente fez um trabalho na educação infantil. E no ano passado, a gente começou o trabalho do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Eu queria só fazer uma menção especial

aos Tribunais que participam do Eixo 04, que foram os Tribunais que fizeram planejamento. Então todas aquelas metodologias, de diagnóstico, e a construção dos instrumentos, então é com esses Tribunais. É o TCE-AL, Amazonas, o Ceará, o TCE-GO, o TCE-MG, Paraíba, TCE-PA, TCE-RN, TCE-TO, TCM-BA, TCM-GO, TCM-RJ, TCU, TCE-AP, TCE-ES e TCE-RJ. Então, o meu agradecimento especial aos técnicos, que colaboraram com esse trabalho. É um trabalho que ficou lindo. Acredito que todos vocês receberam esse marcador de livro, que é o que traz o QR code, que vocês têm acesso ao relatório final, como o conselheiro falou. Eu vou deixar vocês agora com o Alípio, porque no meio desse trabalho, eu precisei entrar de licença, e o Alípio foi quem comandou a execução com esse grupo. Então, ele vai aqui apresentar os resultados. Ele queria, de alguma forma, compartilhar esse palco consigo. Mas o palco é dele, tá?

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO – Olha, ela está sendo muito generosa, porque esse trabalho começou muito antes da execução em si. E a Priscila, coordenando todos esses Tribunais, que ela falou agora, lá Eixo 04, já deu o primeiro passo pra que fosse realizado o levantamento, que foi a parte de planejamento do trabalho, com a construção da matriz de planejamento, instrumento de coleta de dados. E aí, depois, veio a parte de execução, que é o que vou relatar um pouco agora, vou relatar uma parte, alguns pontos que eu destaquei, como sendo mais importantes. Mas que algumas informações, vocês vão ter disponibilizadas na íntegra. Esse é um dos nossos produtos pra essa tarde de hoje. E um relatório mais sucinto, que esse QR code dá acesso a alguns resultados, a algumas informações importantes do levantamento. Então o nosso trabalho, dessas equipes, desses Tribunais, que atuaram no Levantamento Nacional Criança Alfabetizada, vão ser expostos agora. Não sei se tem tempo depois pra alguém perguntar, conselheiro. Mas gostaria de passar rapidamente pra vocês, como foi o trabalho. Em primeiro lugar, agradecer também aos colegas que estão aqui presentes e aos que estão nos assistindo pela transmissão, que fizeram, todas as equipes que fizeram parte desse trabalho. Aqui, eu trouxe um *print* de uma de nossas reuniões, foram muitas. Essa reunião da equipe de levantamento, a gente estava discutindo vários temas. Muito provavelmente, essa aqui foi uma das iniciais. A gente vê alguns rostos aqui, e mais uma turma enorme aqui que estava sem a câmara, que a gente não conseguia colocar todo mundo, e mais sete que estavam aqui. Então nós somos em torno de 68, foram 68 auditores que trabalharam nas diversas equipes. São 29 Tribunais, já contando com aqueles que entraram na segunda entrada, vamos dizer assim, e com esse número de auditores. Então o trabalho, o objetivo que nós tínhamos com esse trabalho, eram dois pontos. Primeiro, conhecer o Compromisso Nacional

Criança Alfabetizada. Então, que os nossos auditores entendessem como esse compromisso, como essa ação, que foi chamada pelo Governo Federal, como ela funcionava. Esse era o primeiro ponto. E o segundo ponto, era a partir desse conhecimento, a partir da conversa com gestores, conversa com especialistas, e de todo esse conjunto de ações que nós fizemos, pra construir o levantamento, a gente pudesse identificar riscos. E a partir desses riscos, a gente ir pra um passo seguinte, que é como a gente vai atuar diante dos riscos existentes. A ideia é fazer com que o objetivo do compromisso da ação, que o Governo Federal chamou, conclamou os diversos municípios e estados, ele realmente saia do papel, ele tenha o resultado prático. E aqui, nós estamos falando de alfabetização. Alfabetização é um passo inicial pra que o cidadão brasileiro ali, ele consiga não só avançar nos estudos, mas consiga se relacionar na sua vida diária com qualidade. Então é o mínimo que o estado pode oferecer para os seus cidadãos, que esses cidadãos sejam alfabetizados. Então o trabalho, ele vai nesse ponto. Primeiro, conhecer, e depois, identificar riscos. Então foi nisso que nós trabalhamos. E quais os produtos? Então cada Tribunal, naquele momento inicial do levantamento, teve como produtos a serem feitos, um relatório, esse relatório local com as informações relacionadas à implementação do CNCA e também o conhecimento, a sua base local, e o inventário de riscos. Em relação ao inventário de riscos, nós temos dois produtos, vamos dizer assim. Um produto, que foi feito com esse conjunto de auditores em conjunto. Então, não é uma consolidação dos riscos. Mas foi um olhar conjunto dos auditores pra construir uma matriz de risco, vamos dizer, nacional. Mas eu gosto sempre de chamar a atenção pra isso, ela não é uma consolidação. Não foi todo mundo pegou seus riscos individuais e juntou em um local só. Ela foi construída em conjunto com todos esses atores. E uma segunda, foi um olhar local. Mas local de cada equipe para construir uma matriz que fosse mais aderente ali ao seu espaço. É claro que muitas coisas da matriz nacional já estariam refletidas ali. Ou então o grau de relevância ou de impacto, vamos dizer, de algum ponto que foi visto nacional, ele poderia ser visto de forma diferente, localmente. Então esse ajuste, né, ele deveria ser feito pelas equipes. Se eventualmente alguma equipe considerasse que a matriz nacional já engloba todos os desafios locais, ele poderia ficar com aquela matriz nacional sem nenhum problema. Mas o importante é existe uma matriz de risco, né, uma matriz com os riscos que essas equipes trouxeram a partir desse trabalho. Então são os nossos dois produtos. O inventário de risco, com esses riscos priorizados vistos nacionalmente, eles já estão nessa publicação. Então se pegar, quando vocês tiverem acesso, não sei se alguém já fez isso, pra buscar o arquivo digital, ele tem inicialmente

um conjunto de informações sobre o compromisso. E depois ele segue com essa matriz de risco, né, tendo o evento de risco, que foi identificado. As possíveis causas pra aquele risco levantado por essa equipe, e os possíveis efeitos. Então ele tem esses três elementos, tá? Então vamos seguir aqui. Como foi feito o trabalho, quais foram, dentro da nossa metodologia, a partir da matriz que a gente tinha, como que nós coletamos essas informações e o que foi feito? Então estou colocando aqui alguns pontos. “Estudos dos normativos do CNCA e os relatórios disponíveis no Portal do MEC”. Porque o MEC já vem produzindo, né, relatórios de monitoramento, de acompanhamento e de diagnósticos. Tem no Portal do MEC próprio pro CNCA. “Coleta de dados e informações por meio de aplicação centralizada de questionário”. Então nós fizemos três questionários, um questionário para as secretarias estaduais, um questionário para as secretarias municipais de educação, e um questionário específico para o Distrito Federal, que ele tem as duas competências. Então pra ele não responder os dois questionários separados, aí a gente fez uma adaptação pro Distrito Federal responder. Então foram três questionários. Na consolidação dos trabalhos, a gente já dividiu as respostas do Distrito Federal, porque ele tem de competência estadual e municipal. Então ele aparece nos dois. Essa divisão foi feita internamente. “Reuniões das equipes com gestores e especialistas”. Algumas dessas reuniões, elas foram reuniões para todos, vamos dizer assim; todas as equipes fizeram. E nós fizemos de forma centralizada conversas com INEP; conversas com CAEd digital, que é lá da Universidade Federal de Juiz de Fora; e outras conversas, foram conversas que as próprias equipes acharam que tinham necessidade fazer e procuraram os gestores. Então procuraram lá a secretaria de estado ou a secretaria municipal ou procuraram um membro de uma rede, que eu vou falar aqui da Renalfa. Então cada um pode se aprofundar localmente também em relação a essas conversas. “Requisição de informações ao MEC”. Então lá no TCU, a gente acabou pedindo pro MEC algumas informações que seriam pra todos os entes. Então foi uma requisição centralizada, por exemplo, quantas escolas usam a plataforma digital pra avaliação formativa? Tem uma avaliação que ela é feita ao longo do ano, em três momentos. Então quais as escolas que fazem parte? Quais os entes que já aderiram? Então nós pedimos lá do TCU, diretamente ao MEC, ele nos encaminhou. Esse documento foi compartilhado depois com todos. Entrou também na metodologia. Depois a construção de inventário de risco, a partir das orientações do Manual de Gestão de Risco do TCU e do roteiro de levantamento, porque lá também tem alguma questão de gestão de risco. E análise de dados secundários, porque o MEC já produziu bastante coisa também. Seguindo aqui,

então de posse de tudo isso, cada um dos Tribunais está produzindo ou já produziu o seu relatório das informações. Nós construímos um documento consolidado, que é esse documento que pode ser acessado por meio desse QR code. É um documento sucinto, com as principais informações. E os inventários de risco já estão nesse documento, os inventários produzidos de forma geral. E eu vou falar um pouquinho sobre isso agora, quase agora. Aqui, eu já falei na realidade. As informações que eu vou falar, elas estão no questionário ou elas vêm desse levantamento da construção dos inventários. E aí tem uma coisa muito importante, é que o CNCA pressupõe essa colaboração entre os entes. Então todo mundo tem que, o que a gente vem sempre conversando sobre governança multinível, tem que funcionar tanto na esfera federal, no Ministério da Educação quanto no estado, quanto no município. E o CNCA, ele pressupõe uma ação muito efetiva ou um empoderamento, vamos dizer assim, dos estados. O conselheiro Rodrigo falou aqui da questão. O município tem a competência para alfabetizar as crianças, mas a ideia é que o estado articule, que o estado apoie, faça com que essas coisas aconteçam, as secretarias de estado, essas coisas aconteçam no seu território. Aí aquela questão de não considerar o aluno de uma rede em si, mas considerar o aluno como aluno do território, não importa em que município ele esteja, ele vai ser um estudante. E é claro que uma boa alfabetização pela rede municipal, ela vai levar essas crianças depois para a rede estadual. Então não se gera um outro aluno. O estudante é o mesmo ao longo da jornada estudantil dele. Então ele vai passar pelas diversas redes. Então todos têm responsabilidade em relação à educação desse estudante. Então esse protagonismo estadual, ele é fundamental. O estado tem que estar com um olhar também para a alfabetização dos estudantes daquela localidade. E aí, eu gostaria de partir dos resultados e dar dois exemplos aqui, dos resultados de alfabetização. Durante este ano uma das nossas questões, lá do questionário, porque a gente não tinha essa informação ainda, era essa, “estado, você avalia os seus estudantes, os estudantes da sua base territorial? Se você avalia, você avalia o segundo ano, os estudantes que estão terminando o segundo ano?” Aí dizia lá sim ou não. Se eles dissessem que sim, ele tinha que nos mandar um documento com avaliação de todos os municípios pra gente saber o percentual de criança alfabetizada em cada um deles. Então estava em nosso questionário, porque nós não tínhamos essa informação. Pouco tempo depois, o Ministério, junto com os estados que já possuíam avaliação anual de alfabetização, a partir dos resultados das avaliações estaduais, o Ministério divulgou isso, facilitou um bocado pra gente. Porque passou a ser uma informação oficial aquela que estava sendo dada ali, que não ia dar margem pra em outro momento ter um outro número, caso a



gente soltado um número a partir do que a gente buscou no questionário. Então foi divulgado isso. Só não foi divulgado, se não me engano, do Distrito Federal e de Roraima, se não estou enganado. Porque no Distrito Federal tem uma avaliação - o Davi não tá aqui, que é lá do DF -, mas tem uma avaliação, mas ela avalia o terceiro ano. Aqui tá todo mundo sendo avaliado no segundo ano. E Roraima, ainda não tinha feito o seu sistema estadual de avaliação pro segundo ano, especificamente. Então, se eu não me engano, são os dois estados que não tem essa informação ainda. Então, com base nisso... E essa avaliação já foi feita, que é um dos objetivos do compromisso, a partir dos dados que são considerados hoje como criança alfabetizada, do nível de corte, que são 743 pontos na escala do SAEB. Então foi feito algo comparativo em relação ao SAEB, e foi feita essa divulgação desses resultados, pensando já nessa escala. O ministério, junto com o INEP, eles divulgaram esses resultados por níveis. Porque foi também estabelecido uma meta até 2030. Então até 2030, 80% das crianças brasileiras têm que estar alfabetizadas. Essa é uma meta que vai pro PNE também. Ele está no projeto de lei do novo PNE, 80% até 2030, 100% até 34. E aqui tá considerada a meta até 80%. E foram definidos esses níveis. Esses níveis de alfabetização. Então as cores em cinza, ali, mais clara, são, vamos dizer, os piores níveis, até o verde, que é o menor nível daqueles que já atingiram, né, as metas. Ok? O cinza clarinho e o cinza mais escuro, vamos dizer, são os dois piores níveis. Eu tô falando nisso, porque destaquei aqui o território da Bahia e o território do Rio Grande do Sul, ambos têm... um tem 417 municípios, se não me engano; outro, 497, o Rio Grande do Sul, que tem 497. Pra mostrar o seguinte, a gente olha lá o território da Bahia, o quantitativo de municípios com percentual de alfabetização baixa, é bastante evidente. Quase todos os municípios estão numa situação que não é favorável. E claro que o poder público tem que fazer um movimento pra mudar essa situação. E aqui nós temos, tá bem difícil de ver, eu só percebi lá, olhando. Falei, “será que não tem nenhum verdinho aqui?” Tem um verdinho na Bahia, ali, um município que aparece com verde. Esse município, é o Município de Dom Macedo Costa, é um município pequeno, Dom Macedo Costa; a população, cerca de cinco mil habitantes, pelo que pesquisei. E eles têm 89% de crianças alfabetizadas. E aí olhei, “esse município é pequeno”, cinco mil habitantes, “eu vou lá na Sinopses Estatísticas pra ver quantas crianças têm no segundo ano”. Aí, eu fui olhar Sinopses Estatísticas, e aparece lá, 63 crianças no segundo ano, na rede municipal. Bem, 63 crianças, parece fácil alfabetizar esse número de crianças. Ok! Então talvez o esforço de Dom Câmara, não seja tão criança. Eu falei “vou ver se tem alguém semelhante a ele no Estado da Bahia, que tenha uma população pequena, que tenha poucos



estudantes”, e eu fui olhar, vou dar o exemplo. Então, eu encontrei o Município de Catolândia. Catolândia fica mais pra cá, próximo de Barreiras, eu não destaquei ali, que tem uma população semelhante. E eu fui olhar na Sinopses, e tem exatamente os mesmos os 63 estudantes para serem alfabetizados no segundo ano. E Catolândia tem 11% de crianças alfabetizadas por esses dados que foram divulgados. Então assim, é uma situação bastante complicada. Porque aparentemente, a situação lá de Dom Câmara, com poucos estudantes, seria simples alfabetizar essas crianças. Então tem alguma coisa que precisa ser mudada nessa realidade. Não é só tamanho, não é só a localidade. E é possível ter fatores ali, que a gente tenha que investigar um pouco melhor pra ver se essa realidade muda. Porque não aparece esforço, pra quem tá de fora, um esforço tão grande pra fazer com que essas 63 crianças, do segundo ano, sejam alfabetizadas na idade certa. E eu trouxe aqui o município do Rio Grande do Sul, que apesar de ter também bastante verde, tem bastante verde no município, a gente tem áreas que estão ainda na faixa cinza, ou na faixa ali, na transição do cinza pro marrom, que chega até a 60% de criança alfabetizada. 60% de criança alfabetizada é um número ruim pra alfabetização, é muito pouco, vamos dizer assim, dentro de uma estrutura educacional em que talvez a principal coisa que o município tenha que fazer é alfabetizar. Vamos dizer que é a principal. É claro que tem outras partes, outros anos do ensino fundamental pra dar conta. Mas alfabetização, talvez seja o principal ponto. Então, não importa se o Estado da Bahia, que tá com um quantitativo de cinza bastante grande, ou o do Rio Grande do Sul, que tem verde, mas tem cinza, e um marrom claro, todas as Unidades da Federação precisam fazer um esforço pra melhorar a educação. Então, a gente tem que estar atento a isso. E nós temos um conjunto de Tribunais de Contas, hoje, com diagnóstico sobre essa situação. E que ele pode focalizar determinadas ações pra municípios ou áreas em que haja uma maior necessidade. Porque a gente vai trabalhar numa questão, num ponto que é muito importante sendo sido discutido bastante hoje, que é a equidade. Quando a gente pega uma média de qualquer conjunto de dados, aquela média vai dizer um determinado valor. E às vezes, a gente pega média educacionais, se a gente pegar a média Brasil aqui, a média é 56% de crianças alfabetizadas. 56 é o número geral da nação. Se aqueles que estão em verde, melhorarem mais ainda, que há uma grande tendência para que isso aconteça, a média vai melhorar, se os outros ficarem iguais. Mas a desigualdade tende a aumentar. Então assim, uma coisa que a gente tem que refletir pra uma próxima ação, é fazer com que aqueles que estão em situações piores, melhorem. Porque aí a média vai melhorar também. Só que a diferença entre aqueles que estão melhores, e esses

que no qual houve essa ação pra melhorar sua condição de alfabetização, vai reduzir. E é isso que é bastante importante. Então, todos os mapas, vamos ter pontos de cinza, vamos ter pontos de marrom, marrom mais claro, ou marrom mais escuro. E que os nossos olharem podem chegar em um eventual acompanhamento mais adiante em relação a essa situação. Mesmo lá no Ceará, deve ter algum pontinho; cinza, não tem, já olhei, não tem o cinza, mas pode ter algum marronzinho desse que precisa ser alavancado. Então, a gente teria possibilidades de continuar esse olhar do controle em relação à alfabetização. Então eu trouxe isso para trazer esse ponto. Eu trouxe esses dois mapas, mas em todos vai acontecer esses pontos de cinza e marrom. Aqui, vou destacar dentro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, algumas informações que nós coletamos por meio dos questionários. É claro que sempre que a gente faz questionário, a gente tem que tomar sempre cuidado com algumas informações, que é uma informação auto declaratória. Algumas informações que estão aqui, nós pedimos que fosse enviado algum documento pra comprovar aquela situação. Então no próprio questionário já subia um documento. Mas esse questionário foi aplicado, começou a ser aplicado no final de junho. E nós temos uma primeira rodada de junho a agosto. Depois outros Tribunais entraram. Então nós temos questionário sendo aplicado até hoje, na realidade. Então nós temos já o Estado de Minas, aplicando o questionário agora. Rio Grande do Sul, que começou um pouco depois por causa do problema das enchentes, que não concluiu ainda, mas está sendo entregue. Então, a gente tem que levar em consideração esses fatores relacionados aos questionários. Então aqui, o primeiro ponto. Essa divisão que eu vou fazer, o próprio CNCA, o próprio compromisso, ele traz, ele traz cinco eixos, são os eixos estruturantes das ações. E o primeiro é “Governança e gestão da política pública de alfabetização”. Então é um ponto importante que a gente achou em relação ao compromisso. Então o compromisso, ele pressupõe a existência desses atores. Um comitê estratégico nacional do compromisso, que foi criado logo de saída, que quando foi instituído o compromisso, foi criado o comitê. O Comitê Estratégico Estadual do Compromisso. Olha que é um comitê estadual. Então aquilo que eu falei do protagonismo do estado, ele aparece na documentação. E um outro ator, é a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização, chamada de Renalfa. Então esses elementos são os elementos que tratam da governança e da gestão do compromisso. Por meio do questionário, nós perguntamos para os municípios, que participaram, se eles tinham aderido ao plano territorial de ações, que foi produzido pelo seu estado, que é o PATE, que ele foi desenvolvido. Cada estado produziu um plano de ação do território estadual, e os

municípios poderiam aderir a esse plano que foi feito. Então do coletivo ali, do total de municípios que participaram, a maioria aderiu a esse plano. Então eles fazem parte do plano estadual. Qual o problema da avaliação em relação ao plano? É que esse plano era um plano já estruturado pelo próprio ministério pra que ele fosse elaborado dentro de alguns parâmetros. Então ele tem o quê? Ele tem formação de profissionais e material suplementar. Então é um plano já com esses dois eixos. Então o território, ele fez o seu plano a partir do que foi oferecido, e os municípios aderiram a essas ações também, que foram oferecidas já prontas, sem diagnóstico, que é um ponto que a gente levanta em relação à execução. Então essa adesão são a essas ações; ações já pré-formatadas de recebimento de material suplementar e de formação. E que a maioria está nesse conjunto, fez essa adesão a esse conjunto de ações. Dos municípios que participaram, cerca de 76%. E um outro ponto é se esse município possui uma política de alfabetização instituída. O que é a política de alfabetização? A política de alfabetização é uma estratégia que vai dizer o que eu quero em relação à alfabetização, como eu vou chegar nesses resultados. E ela vai traçar um plano pra alfabetização naquele território. E essa política, ela foi apresentada como existente em cerca de 31% dos municípios, daqueles que participaram desse questionário. Então, nós temos aí 70% de municípios que não têm um plano específico dele, de alfabetização. Pode ser que ele tenha aderido a um plano que é do Estado. Porque outro plano que é importante ali, é isso. Porque dentro desse protagonismo, muitos estados já têm um plano estadual pra alfabetização, e que os municípios aderem. Vários estados têm isso. E é uma questão importante pra ter essa liga, deixar de ser algo do município e ser algo do estudante parar de ser pensado como da rede, e ser pensado como um estudante daquele território como um todo. Agora, essa política é um elemento importante que o compromisso traz. E a ideia é que todos os entes, eles produzissem essa política. Mas como a gente vê, ela ainda está bastante aquém. Inclusive, nos próprios monitoramentos do MEC, um monitoramento foi feito antes desse nossos, ele já trazia um percentual alto. Comparando com o deles, o nosso percentual está coerente com os números que o MEC produziu mais no início do ano. Esses são os estados que tenham algum tipo de plano. Pode ser que esse documento esteja desatualizado, alguém tenha trazido algo novo. Quem tem um plano estadual para o qual o município pode ter aderido ou não aderido. Então ter um plano no território. Quem não tinha ainda um plano estadual, era Acre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins e São Paulo. Um plano mais amplo do território estadual. Esses dados, são dados do levantamento do Ministério da Educação pra tratar da alfabetização das

crianças. Alguns são mais conhecidos, o mais antigo talvez seja o do Cará, o Programa de Alfabetização na Idade Certa. Que acho que mudou o nomezinho atualmente, e outros. Que tem Goiás, tem o “Alfa Mais”; “Pacto pelo fortalecimento da aprendizagem”, no Maranhão. Esses planos são importantes. Mas como a gente viu ali no território da Bahia, aqui, Bahia ainda não tem um plano como esse. Mas como a gente viu, é o olhar do estado pra que a situação melhore como um todo. Então eles têm que funcionar. O governo estadual tem que fazer as suas ações também junto com os municípios pra que a situação melhore. Um outro ponto que destaca o compromisso nacional, é a importância da avaliação. Então são dois tipos de avaliação que aparecem no documento. Um, é uma avaliação que é de larga escala, anual, pra verificar os resultados, de fato, da alfabetização ao longo do período. Período ali, que é feito no segundo ano do ensino fundamental. Geralmente essa avaliação é feita pelo estado, pelos sistemas estaduais de avaliação. E é feita também pelo INEP por meio do SAEB, a cada dois anos. A avaliação dos estados, é uma avaliação anual. Então a ideia é que essas duas avaliações se comuniquem pra, anualmente, por meio das avaliações estaduais, a gente tenha um monitoramento dos resultados. Então INEP e secretarias estaduais tenham o dever de casa aí, que é a compatibilização dessas avaliações. Nas nossas reuniões com eles, eles disseram, ‘olha, a gente poderia fazer um esforço pra daqui a alguns anos a gente ter a perfeição em relação à avaliação, ou a gente dando passos ao longo dos anos pra que não fique descoberto essa avaliação ano a ano”. Então o que foi feito durante este ano foi uma estratégia de compatibilização, só que ela tem que ser feita aperfeiçoada ao longo dos anos. Então aqueles resultados que eu mostrei, são frutos dessa compatibilização, aqueles que apareceram nos mapinhas. E tem uma outra avaliação, que é a avaliação formativa. Avaliação formativa, vamos dizer que é mais próxima da sala de aula, um período mais curto. Então no sistema que o MEC propôs, e que tem uma plataforma pra apoiar isso, são três avaliações durante o ano. Se não me engano, uma em março, a outra em junho, e a outra em outubro. A avaliação formativa é pra ver como está o andamento da alfabetização dos estudantes ao longo do ano. Então ele vai ver ali como o estudante chegou em março. Lá pra julho, julho, tá vendo como tá o andamento dele. E depois faz essa medição de novo em outubro. Então essa é a avaliação formativa. Então nas nossas coletas de dados, tínhamos informações sobre essas duas questões. A primeira é se a rede municipal de ensino participa da avaliação anual de matemática e língua portuguesa do sistema estadual. Então se o município participa daquela avaliação. Porque é fundamental que ele participe pra gente ter um diagnóstico dos resultados dele ao longo do tempo. A

grande maioria participa das avaliações. Um outro ponto é se o município possui um sistema municipal de avaliação próprio, além daquele do estado. Eu me surpreendi com essa resposta. Fico até meio com o pé atrás. Porque tem 37 que dizem que sim, que tem um sistema de avaliação próprio do município. Se não me engano, Rio de Janeiro, eu sabia que tinha, do Município do Rio, e outros municípios maiores. Mas não imaginei que ia aparecer 37% que tem. Aí, nós temos a questão de eficiência também. Eu faço avaliação do ano inteiro no sistema estadual. E o meu estudante ainda participa do municipal, pode ter sobreposição nessa questão. E aí é um dinheiro, é um recurso que poderia ser usado numa outra ação. Mas tudo bem! A gente não fez esse cruzamento pra ver quem participa nos dois. Mas eu me surpreendi com o número, o quantitativo foi bastante alto. Um outro ponto, é se as unidades escolares da rede municipal de ensino, se eles aplicam aos estudantes as avaliações periódicas disponibilizadas pelo MEC nessa plataforma digital. Então nós vimos que tem um quantitativo bastante grande de municípios, estados, que participam, que estão lá na plataforma do MEC pra ter acesso a materiais pra, ao longo tempo, consumir esse material. E também tem aplicação nas provas formativas, que são nesses meses que eu falei. Então a pergunta foi se ele participa dessas avaliações formativas. A maioria também participa, 82% estão ali na base. E quando tem avaliação formativa, eles fazem essa avaliação. E aí tem um número, a gente perguntou o seguinte, “olha, você participa dessa avaliação, você sabe como está seu aluno a partir da avaliação formativa, e o que você faz com isso? É uma questão, você tem o diagnóstico. Eu sei que o aluno x está com uma deficiência na aprendizagem em relação a determinados itens, a determinados conteúdos. O que você faz? Eu destaquei aqui o seguinte, que 599 municípios que responderam, disseram que não utilizam esses resultados pra recomposição da aprendizagem. 599 municípios é um quantitativo bastante expressivo, né, que faz, tem toda ação pra participar da avaliação, e que depois não tem uma ação pra fazer com que essa situação mude. A situação daqueles estudantes, que ele precisar mudar, fazer esse acompanhamento dos conteúdos ou dos pontos de avaliação que ele não se saiu bem. Essa é uma questão bastante... Ela é relevante e ela é preocupante. Porque aqui tem uma série de fatores que podem influenciar em uma não ação do município. Mas algo teria que ser feito pra mudar essa realidade. Então diagnosticado que uma turma ou determinados alunos, eles não estão se saindo bem, eu não posso deixar esses estudantes pra trás. Porque se simplesmente forem fazer as próximas provas, a gente já sabe o que vai acontecer no final. O resultado depois vai ser a consequência de o estudante não estar alfabetizado. A gente não tem o perfil desses estudantes, mas a gente pode ter uma

diversidade de situações que exigem ações diferenciadas, vamos dizer, sejam praticamente individualizadas, dependendo da situação. Aí, a gente tem que ver também toda a estrutura que deve ser feita pra que esse quadro mude. Então esse número, ele é o número que reflete nessa ... Um problema que a gente já sabe que vai resultar no não atingimento dos resultados. Se eu não fizer nada, se a rede não fizer nada pra alfabetizar essa criança que está com esse déficit, ela vai aparecer naqueles números como não alfabetizada em alguém momento. Então esse dado é bastante forte. São 600, mas 600 é bastante coisa. Então foram esses dois pontos. Conselheiro, passei aqui um slide que eu queria que o você visse. Então, conselheiro, só coloquei aqui que dos municípios que a gente aplicou o questionário, 82%, eles fazem uma avaliação periódica, formativa, a cada três meses. Só que alguns deles, revelaram que depois dessa avaliação periódica, não tem nenhuma ação pra recomposição dessa aprendizagem. Assim, eram vários itens; a maioria disse que tinha algum tipo de ação, mas 600, eles disseram que não tinha nenhum tipo de ação pra recompor a aprendizagem. Era esse ponto que eu queria voltar. Um outro ponto do compromisso, é a formação continuada, infraestrutura e materiais. Eu tentei resumir aqui nesses três itens, formação continuada, não só de professores, mas da área técnica, dos gestores, como um todo. Nós perguntamos se no município tinha sido estabelecido uma política de formação destinada a professores e técnicos. A maioria disse que sim, que tem um plano lá de formação, uma política, são 97%. Só que detalhando um pouco mais esse resultado, a maioria disse que esse plano que ele tem, foi a adesão ao PATE, aquele PATE que eu falei lá no início, ao Plano de Ação no Território Estadual, que ele aderiu. Então ele não fez, na realidade, um plano dele. Ele aderiu ao PATE e às ações que estavam no PATE territorial. Não teve um diagnóstico dele, pra ele saber, “olha, eu preciso disso”. Então, aqui não aparece. Quando a gente detalha esse número, ele disse que aderiu ao PATE. 2.462 municípios, dos 3.688 que responderam que sim. Então não houve uma produção específica do município. O Estado construiu lá o PATE dentro dessa lógica que eu falei pra vocês, que ela é formação de professores e material. Não tem um diagnóstico real ali, mais preciso da localidade. E os municípios estão considerando isso como o plano deles, né? Esse município elaborou formalmente um diagnóstico das necessidades materiais, didáticos, suplementares e outros recursos pedagógicos pra solicitar ao ministério. Aí, independente deles terem aderido ou não ao PATE, se ele fez um documento dele. Aí tem uma diversidade, mais ou menos metade deles, disse que sim, 50% fizeram um diagnóstico de necessidade de materiais. E aí tem uma outra questão que se ele foi atrás de concretizar esse diagnóstico, não só pelo

PATE, mas por ações que o ministério disponibiliza. Então se ele foi buscar lá, via PAR, via PDDE, ou via outra ação. Se tinha essa materialização. Então boa parte disse que fez esse movimento pra solicitar ao ministério esse apoio. Dentro dos materiais, dentro dessa infraestrutura e dos materiais, o compromisso fala num cantinho da leitura. Destaquei aqui porque é um espaço, esse espaço é pensado dentro da sala de aula pra que os estudantes tenham ali momentos pra leitura, pra ter livros disponíveis, pra ações voltadas pra leitura. A gente dá um destaque pra isso porque tem um recurso específico pra isso, quase todas as escolas receberam via PDDE, PDDE Cantinho da Leitura, um recurso pra construir esse local. Então nós temos que - desses municípios que responderam - 2.311 disseram que sim. E que em parte das unidades, que não chegou ainda em todas as unidades esse cantinho. E alguns, 1.071, disse que já tem em todas as unidades esse espaço. Agora, ter o espaço, é um outro ponto, ter o espaço, é uma outra coisa. Então esse espaço tem que funcionar. Então é uma outra avaliação que deve ser feita. E assim, gente, esse espaço não é nada sofisticado. Eu vi as fotos, que a Adriana, de um dos municípios, de uma das escolas, o espaço é bastante agradável dentro da sala para as crianças poderem ler. E, assim, não é só chegar lá e dizer, “você vai pra lá ler”. Acho que tem que ter toda uma estratégia pedagógica pra se fazer esse uso desse material. Então, os Cantinhos da Leitura, parece que eles estão saindo do papel. Tem outras informações importantes. E o que a gente fez, produziu a partir desses dados? Então a coleta de dados foi feita a partir do *lime survey* lá no TCU. Então todas as equipes, elas enviaram para os municípios que elas estavam fiscalizando e para as secretarias estaduais um link pro acesso ao questionário. Esses entes acessaram o questionário, e o questionário era respondido centralmente via plataforma *lime survey* lá no Tribunal de Contas da União. Então lá no Tribunal de Contas da União. Então lá, a gente recolhia essas informações; periodicamente, reportava para as equipes como estavam as respostas ao questionário. Elas faziam um esforço para aumentar o número de municípios respondentes, isso foi feito durante um período. Hoje, ele tá aberto para quem quiser ainda, um acompanhamento mais próximo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, TCE-BA e São Paulo, que a gente já conversou, já passei, as informações, devem começar em breve mesmo, rapidinho. Então o questionário tá aberto. E a partir desses questionários, essas informações, a gente tirou de lá, a gente construiu. Eu tinha mostrado um painel, que era do município, mas a gente fez o do estado também. Porque são dois questionários. Então nós construímos dois painéis. Esses painéis estão disponíveis hoje. Ele tá aqui por esse endereço, não consegui colocar o link aqui dos painéis. Lá no Portal do IRB. E pode também ser

acessado por esses endereços. Você consegue clicar em num deles pra mim? Tem que ser ali, né? Pode ser o de cima, o do município. Isso. Ele tá público. Então esse é o painel para os municípios, para as respostas dos municípios. Aqui nós temos, na primeira página dele, quais respondentes, quais municípios que aderiram ao CNCA desses respondentes. Aí temos as cinco regiões. São 23 secretarias de estado; 63 perguntas têm esse questionário; 29 Tribunais, ao todo; 68 auditores. São nove abas, a primeira aba vai tratar de planejamento, as informações que eu peguei aqui, aquelas da apresentação estão aqui, e mais o detalhamento de cada uma delas se a pergunta exigiu detalhamento. Então vai ter sobre instrumentos de planejamento e governança. Financiamento pra alfabetização, algumas questões também sobre financiamento, se o estado, além da União, se o estado estava aportando algum recurso. Se houve aumento do orçamento pra alfabetização em decorrência de ter aderido ao CNCA. Porque pode ter havido algum tipo de dinâmica diferente por estar no CNCA. Se ele teve acesso ao PDDE, já o PDDE relacionado ao Cantinho da Leitura, a outros financiamentos que não esse, via PDDE, se ele tinha feito isso. Então tem uma relação de questões sobre financiamento. Depois sobre o sistema de avaliação, dei uma pitada, mas tem mais coisa no sistema de avaliação. Um detalhamento maior das questões, tanto da avaliação anual, sistema de avaliação, quanto da avaliação formativa. Formação continuada, tem essa informação sobre formação continuada. E aí, nesse painel, é o seguinte, aqui tá a visão geral, mas se for lá em cima, lá em Unidade da Federação, se clicar aí, vai abrir, você pode filtrar pela Unidade da Federação que participou. Então se colocar, sei lá, coloca aí Espírito Santo; clica no ES, ele filtra a situação do Espírito Santo. E se eu tirar a marcação do Espírito Santo, ele volta pra todo mundo de novo. É isso, então ele faz esses filtros. Então posso olhar, cada Tribunal que participou, eles não receberam. Já virou um painel, estava lembrando aqui porque, no início, eles recebiam uma planilha, mas depois que o painel ficou pronto, eles passaram a receber. Então eles já têm essa informação consolidada pra cada um. Só pra concluir ali o painel. Tem sobre “infraestrutura e materiais suplementares”. E tem dois itens, que não coloquei no slide, que o CNCA fala que são boas práticas. Então existe a intenção de que boas práticas sejam disseminadas, sejam premiadas, em relação ao CNCA. Já existe até um selo, Selo Criança Alfabetizada, selo do compromisso, pra isso. E a gente fez algumas perguntas. Uma delas é se já tinha havido algum movimento pra trabalhar esse reconhecimento. Então uma grande parte não fez ainda movimento em relação a isso. E essa é uma questão também a se pensar bastante. Porque às vezes o reconhecimento, tem gente que pode interpretar como uma forma que não deveria ter

esse tipo de reconhecimento, mas ir pra ser coisas mais estruturantes para que todo mundo chegasse nesse nível de excelência. Mas tudo bem, são discussões sobre esse tema. E outra é o que a gente trata aqui, que é intersectorialidade. Esse eixo é o eixo da intersectorialidade. E o problema, a questão de alfabetização, não é só a educação, o tema área educação. Então, a gente procurou ver se os municípios, eles tinham algum tipo de interlocução interna, dentro do próprio governo, das outras áreas, pra tratar de temas de educação, por exemplo. Ou, a gente perguntou especificamente de alfabetização, se as áreas conversavam, até para que no orçamento, isso fosse refletido, pra que eu pudesse saber, “olha, isso aqui é uma ação que envolve assistência, envolve saúde, mas ela é pra alfabetização”. Vamos dizer, sei lá, a oferta de óculos, exame de vista para as crianças. Então, está aqui, mas isso aqui é alfabetização também. Eu tenho que apropriar isso como sendo aplicação e alfabetização. Então, a gente tem algumas informações em relação a isso, em relação às áreas de governo. Depois se tem com a sociedade civil, e se tem em relação aos pais, às famílias, que é uma outra questão, envolver as famílias de forma que elas possam participar, mas que não fique algo que seja pesado. Porque muitas vezes, dependendo da situação da família, os pais estão preocupados em prover ali a casa, outras coisas. Falam, “escola, você que tem que alfabetizar, mas qual o meu grãozinho que posso colocar aí, que não me penalize pra que eu ajude o meu filho a ser alfabetizado?” E, por fim, no último, a gente tem uma visão geral sobre o que foi esse trabalho, e os Tribunais que participaram. Então esses dois painéis, eles estão nesses links. Pode tirar, pode voltar pra apresentação, depois a gente volta lá nos links pro pessoal ter acesso. Aí são dois, isso aqui seria interessante, mas ele não tá com link, porque a gente podia mostrar direto na página do IRB, porque vai ficar fácil pra todo mundo ver. Mas, ao final, a gente vai lá, só pra terminar aqui. Se puder voltar na apresentação. Voltou? Esse painel dá um retrato pra esse nosso objetivo, que era conhecer o CNCA, e como ele tá sendo implementado. Os outros Tribunais vão aportar e a gente vai atualizando esses painéis pra que ele fique com as informações de todo mundo. Mas vai ter um momento em que talvez ele já esteja muito desatualizado, porque a vida tá rolando. E essas situações vão mudar. E a gente espera que mude, de fato, que mude pra melhor. Segue pra terminar. Então, o outro ponto era “inventários de riscos”. Então nós fizemos em conjunto, o inventário com 11 riscos, que as equipes, em conjunto, elas acharam interessante ter no documento. E esses riscos, foram riscos que foram priorizados. Numa escala que a gente utilizou, eram aqueles que tinham os riscos mais altos. A gente tem sempre que lembrar que riscos é um evento que vai ter um



efeito negativo, mas não necessariamente ele já aconteceu. Quando ele acontece, ele já é um problema. É uma previsão da coisa. Então pode acontecer. Então o risco tá nesse sentido. Então pra esses 11 riscos, nós fizemos um inventário também de possíveis causas, e possíveis efeitos. Quando fomos trabalhar eventualmente alguns deles nos trabalhos seguintes, é importante que a gente olhe para essas causas e esses efeitos. Porque a gente pode ver, “olha, aquela possível causa, realmente, ela aconteceu, ou, a gente não quer que o efeito lá aconteça, mas a gente tem esse encadeamento”. A gente não pode, no nosso trabalho pressupor a causa lá dentro. Se a gente já tiver já fazendo um trabalho já com esse inventário, eu tenho que ter instrumento pra ver se aquela causa realmente, ela está afetando. Então a gente tem que pensar nesses procedimentos pra isso também. Então são esses onze. Eu destaquei dois, que são esses em azul. Alguns, inclusive, estão relacionados ao que eu já falei. O primeiro, é a “focalização das ações do controle do CNCA não atingirem de forma equitativa os municípios”. Ser algo distribuição mais uniforme pra todo mundo. E aí, a gente perde a questão da equidade, porque alguns precisem de ações diferenciadas em relação aos outros. Esse que eu vou destacar também, “resultado das avaliações somativas não desencadearem ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentarem insuficiência na aquisição de competências”, que foi o que mostrei com aqueles 600 que disseram que não fazem. E aí tem outras que são importantes também, “sistema de avaliação não considerarem os níveis de corte de alfabetização”, e os outros aí. São mais 11 que a gente tem lá naquele documento. Nos dois slides seguintes, eu queria só mostrar como está no documento, o que a gente trouxe pra vocês. Então em relação à focalização, nós destacamos algumas possíveis causas, por exemplo, “diferenças nas capacidades técnicas das redes pra acessar o financiamento e o apoio técnico de programas e ações de alfabetização junto à União”, “ausência de diagnósticos que alcance a realidade de todas as Unidades da Federação”. Então pode causar essa distribuição mais igual, e não equitativa. “Não aplicação dos critérios estabelecidos no decreto que rege o CNCA para garantir aspectos relacionados à diversidade socioeconômica, étnica, regional e de gênero”. Então se eu não levar algumas variáveis ali em consideração, o corte, a distribuição, vai ser igual. E quais são os efeitos que isso pode acontecer? Aumento das desigualdades regionais em termo de percentual de criança alfabetizada, desigualdade no acesso à educação de qualidade. Porque a ideia é que o compromisso, esse sistema faça com que educação, ela melhore. E “comprometimento das metas estabelecidas para redução das taxas de crianças não alfabetizadas até o segundo ano do ensino fundamental”. E a minha fala

termina com esse último slide, que é sobre um outro risco, que é “resultados das avaliações somativas não desencadearem ações de recomposição”. E que a gente levantou essas causas e esses efeitos. Como causa, por exemplo, baixo nível de confiança de gestores nos resultados. Então, ele pode tá fazendo isso aqui, e falar assim, “ah, tô fazendo porque o MEC deixou aqui, mas eu não confio nesse negócio não, meus alunos tão show”. Então ele não confia, ele não faz nada. É uma possibilidade. “Ausência de estratégia das redes de ensino para recomposição ou falta de aplicação da estratégia de forma sistemática”. Então, não tem uma estratégia ou não aplica essa estratégia de forma sistemática. Uma coisa que a equipe do TCU percebeu, conversando com alguns municípios, foi que o custo, porque essas provas, elas têm que ser impressas nas redes, e o custo pra impressão das provas é muito alto. Então tem gente que não aplica porque não tem dinheiro. Então foi um ponto que a gente já percebeu, e tem essa relação também. E aqui os efeitos, “consolidação do déficit de aprendizagem dos estudantes”, “desmotivação dos estudantes que se encontram com a necessidade de atenção para recuperação das aprendizagens” e “manutenção ou agravamento dos índices de crianças não alfabetizadas”. Então foram esses elementos. Então esse é um panorama do trabalho que foi feito, que tem esses produtos agora. Cada Tribunal, as equipes, em determinado momento dos trabalhos, algumas já estão esperando só a apreciação; outros já têm como diagnóstico o relatório o que foi feito pra fazer algumas ações; outros estão terminando de fazer o relatório, mas está todo mundo por aí. Então foi uma ação, assim, bastante relevante pra nos dar esses nortes em relação ao que pensar em termos de alfabetização a partir dessa estrutura que já tem. Então é isso que a gente colocou nesses documentos. E os mais importantes, né, são também aqueles documentos que vão ser mandados para os gestores por cada uma das equipes que trabalharam. Agora, a Pri vai continuar aqui o nosso trabalho. **(final)**

A SR.^a PRISCILA DE CASTRO (TCE-CE) – Não se assustem, é só mais um slide! Alípio, Obrigada! Eu fiquei muito feliz com o resultado desse trabalho. Parabéns a todas e todos, os técnicos, os Tribunais, quem apoiou, aos especialistas que ajudaram! Ficou muito legal! Assim, eu sou suspeita pra falar, mas eu adorei! Aí, você passa o próximo slide. Só um, que a Nayla fez um uma pergunta. Todas essas informações, gente, elas estão nesse documento do QR code. É um documento resumido, mas a última página, tem um destaque lá, de um quadradinho, que tem o link para os painéis. Inclusive, essa informação que o Alípio deu dos Tribunais, que têm o link pra consultar, o que não autuou, é um documento interno. Todas essas informações têm lá, mas lá na última página desse documentinho resumido. E aqui é a nossa proposta pra 2025, certo?



Então, o conselheiro Rodrigo já falou, e vai falar mais depois da nossa fala, que, pra 2025, tem ação, que é do Eixo 02. Mas o Eixo 04 não vai parar de trabalhar. Então a nossa ideia é fazer o acompanhamento a partir do conhecimento adquirido. Então, o que a gente quer é produzir um planejamento pra um processo de acompanhamento com base em variáveis a partir dos riscos identificados. E o foco nas localidades com baixo nível de desempenho. Isso foi algo que a gente já discutiu internamente no Eixo 04, e a ideia é a gente tentar reduzir essa desigualdade nas redes. E a gente volta pro Eixo 04. Então esses Tribunais, que citei no começo, que fizeram planejamento, faz os instrumentos, deixa lá disponível para os Tribunais. Essa é a ideia, é fazer esse planejamento, e deixar disponível para os Tribunais, que quiserem localmente aplicar o processo de acompanhamento, aplicar. Então vão ter o nosso apoio, Eixo 04, na parte de planejamento. Mas cada Tribunal vai ficar à vontade pra aplicar ou não o processo. Certo? Então, volto a fazer o convite, nós já temos os Tribunais lá no Eixo 04. Vamos continuar juntos e juntas, então nas nossas reuniões, levantamos nossos diagnósticos pra produzir esse material. Quem quiser, podem nos contactar, a gente sempre acolhe mais gente. E quem já está, por favor, permaneça! Esse é o nosso pedido. Tá bom? Obrigada! **(final)**

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO – É só falar que é importante essa entrada no trabalho, porque às vezes, num determinado momento, não foi possível, mas o tema é muito importante. Queria citar o exemplo, a conselheira não tá aqui, de Sergipe, que eles entraram depois. Só que lá no Tribunal, eles já autuaram um processo de acompanhamento. Então, rapidamente, eles aplicaram esse questionário. Essas informações do questionário, a equipe já tem pra dar continuidade ao acompanhamento. Então as informações foram usadas no planejamento deles do trabalho. Então, não é tarde.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO ~ Eu preciso, por dever de ofício, cumprimentar todo mundo que participou desse trabalho. Espero que tenha ficado um gostinho bom pra Minas, Roraima, São Paulo e o TCE-BA, para participarem junto conosco, a gente aumenta esse número. Vocês viram que nós estamos cheio de dedos, aqui, dizendo assim, “não, nós vamos fazer o planejamento do acompanhamento, pra ficar lá, quem quiser”, todo cuidado. Pra gente não dizer assim, “mais um que tá vindo”. Mas o nosso desejo era outro, era ser compulsório, obrigado, tem a fazer. Porque entendo, o que foi construído aqui, amigos, me digam, vocês conhecem algum programa de governo, de qualquer governo, em qualquer

Unidade Federativa, que tenha essa avaliação para o acompanhamento? Isso é extraordinário! E faz parte do nosso aprendizado para o exercício do controle. Então tem uma contribuição. Eu ficava olhando o Alípio apresentar, e olhava pro rosto da Priscila. Quase fui ali oferecer o lençinho pra ela enxugar o lado dos lábios. Porque realmente ficou muito bonito. Então, estará lá para as pessoas voluntariamente fazerem. Mas aqui o apelo aos conselheiros. Agradeço já ao conselheiro Nelson Pelegrino, que está aqui, não estava quando iniciamos; conselheira Adriana; conselheira Patrícia. É importante demais que os conselheiros se envolvam. Porque conselheiro envolveu, a chance disso, dentro do Tribunal, ganhar o aspecto da voluntariedade, é muito grande. Então as pessoas que estiverem participando, perceberem alguma dificuldade, viu, Priscila, falem com a gente, para gente tentar atuar. Foi tão bom! As dificuldades que nós temos, às vezes, elas nos oferecem o aprendizado. Foi tão bom reunir, especificamente com São Paulo, Roraima, Minas, TCE da Bahia, para conversar sobre esses aspectos, e conseguir fazer, e a gente ver os resultados. Então ficam aqui esses registros com os cumprimentos. Ficou lindíssimo o trabalho, belíssimo! E é importante isso. Assim como nós fizemos na Operação Educação, foi uma fiscalização do Eixo 01, o Eixo de Infraestrutura. A construção desse trabalho, foi o Eixo 04, que é o de Intersetorialidade. E para o ano que veem, nós vamos ter um trabalho do Eixo 02, que é o Eixo de Carreiras. E aqui, preciso contextualizar vocês também. Como nós tivemos votação ao longo dos anos, e a votação que elegeu o Eixo 04, foi uma votação razoavelmente apertada com o Eixo 02, quando finalizou a fiscalização do Eixo 04, nós consultamos o grupo, se nós não poderíamos fazer então a próxima, o trabalho do Eixo 02. E esse trabalho do Eixo 02 é um levantamento que nós vamos fazer nacionalmente das carreiras do magistério de todos os municípios brasileiros. Nós só conseguiremos isso, se todos os Tribunais de contas brasileiros se empenharem nessa tarefa. Quando nós começamos a conversar sobre isso, nós atraímos o Movimento Profissão Docente para a conversa. Porque eles tinham realizado esse levantamento nos estados brasileiros. Inicialmente, a nossa conversa era mais ou menos assim, “olha, como tem o levantamento dos estados, nós vamos fazer o levantamento dos planos de carreiras dos municípios!”. Até que um belo dia, por conta do desenvolvimento do escopo do trabalho, nós entendemos que era importante que nós trouxéssemos as informações, os planos de carreiras estaduais. Eu não vou antecipar a apresentação do Everaldo, porque se não, eu começo a dar *spoiler* indevidos, apesar de a minha ansiedade me aguçar fazer isso. Mas nós fizemos então essa parceria com o Movimento Profissão Docente. Metodologicamente, os auditores

do Eixo 02 se encontraram e conversaram muito com os profissionais do Instituto Península e todas as entidades do terceiro setor, que congregam esse movimento. Nós estabelecemos uma parceria. E, por dever de transparência, eu vou dizer a vocês aqui, publicamente, que essa parceria resultou da parte do Instituto Península e do Movimento, a contratação de um Portal na WEB, que será hospedado no IRB. Então ele terá a cara do IRB, ele terá a hospedagem no IRB. A propriedade dos dados será dos Tribunais de Contas. Isso foi o que nós combinamos para assinatura do termo de parceria. Então, nós teremos um painel nacional, cuja consulta será feita no Portal do IRB. Foi custeado pelo Movimento. E o custo desse portal foi de R\$ 380.000,00. Então não é uma pequena contribuição, é uma grande contribuição. Esse, inclusive, era um desafio pra gente implementar. Vou deixar o Everaldo falar, porque se não vou antecipar muitas coisas indevidamente. Então, eu queria já, de antemão, do mesmo modo, que eu peço a vocês que se atentem pra possibilidade de fazermos o acompanhamento dos trabalhos no Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, não será a nossa fiscalização obrigatória do ano que vem. Porque pactuamos, conselheiro Ranna, que a cada ano, nós apresentaríamos uma fiscalização obrigatória. E seria decidido aqui coletivamente, pra gente não demandar a partir de cada ideia. Porque nós temos tantos desafios na educação, que todo dia tem uma ideia. Então se a gente for demandar por ideia, todo dia chega uma coisa nos Tribunais de Contas. Então, nós decidimos, até pra que déssemos tempo para que os secretários colocassem nos planos de fiscalização, nos planos anuais de fiscalização. Essa informação, nós já passamos o ano passado de que seria isso. Inclusive, no nosso PACE, no Espreito Santo, estava essa previsão de já coletar os dados dos planos de carreira para este ano. Porque a gente já tinha informado, então foi antecipado. Em alguém momento, nós, “é o ano que vem só que vamos fazer isso”. Mas já foi informado aos Tribunais que nós teremos essa ação para 2025. Então, a gente pede encarecidamente que vocês motivem. Será a ação obrigatória, não será propriamente uma fiscalização, mas uma ação obrigatória. Nós vamos pedir e mobilizar para que todos os Tribunais se envolvam. Mas Everaldo, vem aqui falar. Depois eu volto pra dar as pinceladas que eu estou aqui coçando aqui a língua pra falar. E não vou fazer porque se não é *spoiler*.

O SR. EVERALDO LINO ALVES (TCM-PA) – Bom! Boa tarde a todos! Eu sou Everaldo Alves, eu sou auditor de controle externo TCM-PA. E esse tema é importante, porque a minha origem é na sala de aula. Eu sou professor de carreira. Hoje só trabalho em instituição de ensino superior, mas durante 22 anos fui professor do Estado, ensino médio, principalmente. E aí, a gente vai iniciar esse tema, fazendo a reflexão. Deixa eu

citar para vocês, a coordenadora do eixo é a Carolina, auditoria do TCE-PI, que não pode estar presente neste momento. E os patronos desse eixo, são os nossos conselheiros do TCM-PA, conselheiro Cezar Colares e a conselheira Adriana Oliveira, eles são os patronos desse eixo. Por que mapear carreira docentes? Então vou citar um exemplo típico do TCM-PA, porque a nossa rede são os municípios do Estado do Pará, 144 municípios. E que não deve ser muito diferente da situação dos demais Tribunais. Nós temos uma dificuldade enorme de analisar os planos dos municípios. Inclusive, tomamos conhecimento no Pará, que ainda tem um município que ainda não tem plano de carreira. E a nossa preocupação, quando a gente pensa na melhoria da educação - o Alípio e a Priscila destacaram muito a necessidade de melhorar a educação -, a gente precisa ter ciência de que parte desse sucesso depende da qualificação do servidor, da qualificação do professor. E essa valorização, ela não tá limitada à formação. Ela tem evidentemente relação muito forte com a valorização a nível de remuneração, a nível de carreira. Então hoje, aqui, no eixo, vamos tratar basicamente três pontos. Primeiro, o porquê de a gente decidir trabalhar nesse sentido. O segundo, o que o grupo já fez até agora, o que está desenvolvido dentro desse eixo. E, por fim, nós vamos demonstrar pra vocês uma simulação de como essa plataforma vai ser acessada e vai ser trabalhada durante todos os anos daqui pra frente. Bom! Por que mapear? No primeiro momento, a atuação dos professores é um dos pontos satisfatórios para que o aluno aprenda, pra que os alunos aprendam. Então, é muito importante destacar que a melhoria da aprendizagem dos estudantes depende da qualidade dos professores. Estudos demonstram que 60% da aprendizagem dos alunos está relacionada à qualidade dos professores. Mais uma vez, reforçando a necessidade de a gente cuidar dessa questão da valorização dos professores, da valorização do profissional do magistério. A carreira de docente é bastante complexa, ela envolve uma série de variáveis, e existem elementos importantes para que o professor possa ter qualidade e possa ter satisfação, trabalhando enquanto docente. Por isso há necessidade de que as redes trabalhem de forma que consigam atrair e reter os talentos, de forma que possa proporcionar o desenvolvimento profissional dos professores. Estimular a melhoria da prática em sala de aula. E essa questão da prática em sala de aula, está relacionada à formação. Por isso que a valorização não é apenas remuneração, mas também formação. E valorizar e reconhecer profissionais que impactam positivamente o resultado do aprendizado dos estudantes. Essas ponderações são pra demonstrar a importância de a gente conhecer as carreiras de todas as redes dos municípios. Bom! Existem elementos que vão possibilitar a qualidade da carreira desses profissionais. E

quais são esses elementos? Remuneração inicial, e amplitude remuneratória competitivas com crescimento maior no início, regras claras e transparentes com remuneração por subsídio, jornadas que permitam maior dedicação à profissão, preferencialmente a de 40 horas. Porque professores com 20 horas, normalmente eles vão buscar outro vínculo pra poder melhorar a sua remuneração. E os estudiosos dizem que o importante é que o professor, de preferência, trabalhe só numa rede. Mas daí necessidade de se garantir minimamente 40 horas pra que ele possa trabalhar. Cumprimento de 1/3 hora/atividade preferencialmente na unidade escolar. Porque muitas redes garantem essa hora produtividade, mas os professores não cumprem essa hora em sala de aula, o que é a orientação. Oportunidade de crescimento de assumir novas funções e responsabilidades, como regentes, gestores e especialistas. E progressão na carreira em função do desenvolvimento profissional. Então assim, aquilo que nós, enquanto auditores, buscamos, que é uma carreira dentro da nossa profissão, para os professores, isso também é necessário. Em 2019 o INEP fez o levantamento de todas as carreiras, de todos os planos de carreira da rede estadual. 2022 a 2024, o Movimento Profissão Docente fez a atualização desse levantamento. As redes estaduais já passaram por esse levantamento. Nós queremos agora fazer o quê? O levantamento dos planos das redes municipais. Porque isso representa 67% dos docentes. Nós já temos a rede estadual. E nós necessitamos e queremos agora fazer da rede municipal, que corresponde a 67% dos vínculos docentes nos municípios. E evidentemente esse levantamento manual não pode ser feito; estaria vulnerável a qualquer alteração. Bom! De uma certa forma, existem um apagão de informações sobre essas carreiras docentes no Brasil, por vários motivos, certo? Mas, por exemplo, a gente não consegue definir com clareza a quanto tempo as redes não realizam concurso público. Qual é a qualidade dos ingressos dos professores nas redes? As redes municipais, pelo menos no Pará, em boa parte, são compostas por servidores temporários, mas muitas vezes nem passam por processo seletivo. Então nesse levantamento vai poder visualizar quantos por cento são professores temporários, e de que forma eles ingressaram, se houve processo seletivo, e assim por diante. Quantos municípios pagam o piso do magistério? Então, no Pará, a gente tem dificuldade de identificar quem, de fato, paga o piso. Muitos municípios afirmam que não tem condições. Esse trabalho vai permitir a gente ter uma visualização do comportamento da remuneração daquele município. E verificar se é possível ou não pagar o piso. Quanto ganha o professor no início e no final da sua carreira? Quais mecanismos de incentivo à melhoria da prática docente existem nas carreiras dos professores brasileiros?

São indagações que a gente faz, mas que muitos de nós, creio eu, falando aí pelo TCM, a gente não tem essas informações de uma maneira que não só os Tribunais, mas a própria sociedade possa visualizar, sindicatos, entre outros. A gente pode deixar claro que precisamos escalar todos os esforços para mapear as carreiras docentes subnacionais. Como falamos anteriormente, foi feito da rede estadual, mas da rede municipal, isso ainda não foi possível. Bem! Enquanto Tribunal, que é composto por equipes selecionadas, por auditores, nós temos capilaridade pra desenvolver esse trabalho. E qual objetivo nesse trabalho? Coletar anualmente dados detalhados dos planos de carreiras e remuneração do magistério público através de um questionário estruturado, promovendo uma visão abrangente e atualizada das carreiras do magistério. Aí, de início, vocês podem pensar, ‘mais um trabalho que será jogado para os Tribunais?’ Não! Na verdade, os jurisdicionados é que irão alimentar essa plataforma. Certo? A gente vai fazer o acompanhamento. Verificar quem não está inserindo, e assim sucessivamente. A coleta será solicitada pelos TCs aos seus jurisdicionados, assegurando que as carreiras de todas as regiões do País sejam abrangidas. E como o conselheiro Rodrigo falou, “os resultados serão armazenados, disponibilizados e analisados no IRB, irbcontas.org.br”. Tornando, assim, as informações transparentes aos gestores públicos e à sociedade. Em si, esse será o trabalho: coletar as informações anualmente, pra que a gente possa visualizar, de forma consolidada, todas as informações e carreira e remuneração de todas as redes. Como funcionará na prática? Primeiro momento, o grupo, de forma coletiva, elaborou o questionário estruturado. Quem faz parte desse grupo? TCE-PI; TCM-PA; TCE-RJ; TCE-MG, nós temos a Nayla aqui; TCM-GO, a Fernanda; e TCE-SC, o Rafael, de Santa Catarina, faz parte desse grupo. O Instituto Península, junto com a Inspect, elaborou a plataforma. Essa plataforma, onde nós vamos fazer a coleta e análise de dados, dentro dessa plataforma. E os Tribunais ficarão encarregados de quê? Aplicação dos questionários, cuja previsão de início dessa coleta é março de 2025. Isso é uma previsão, ok? E esse questionário? O questionário foi desenvolvido com base em 120 variáveis, coletadas em 38 questões. Essas 38 questões estão divididas em blocos, como ingresso, data de realização dos últimos concursos ou processo seletivo, limite para composição do quadro do magistério, etapas previstas nos editais. Remuneração, adesão e data de reajuste ao piso salarial, estrutura e composição da remuneração, amplitude remuneratória da carreira, gratificações e demais vantagens pecuniárias. Jornada, duração e composição da jornada, local de cumprimento da hora de atividade, possibilidade de ampliação e redução de jornada e evolução na carreira, critérios e limites para evolução na carreira.

Todos esses instrumentos nos indicaram, nos orientaram para formação desse questionário estruturado, com apoio do Instituto Península, Profissão Docente. Como será operacionalizado esse trabalho? Primeira parte, adesão dos Tribunais. Segunda parte, treinamento para equipes de auditores, os auditores que vão acompanhar a aplicação dos questionários. Abertura do período de coleta. E acompanhamento do preenchimento pelos Tribunais. E anualmente, os jurisdicionados vão atualizar as informações com base nas legislações que forem atualizando os dados referentes aos PCCRs. E evidentemente que o grupo do Eixo 02 continuará trabalhando no sentido de auxiliar e orientar todos os Tribunais que precisarem de informação. Nesse momento aqui, eu vou chamar a Giuliana, do Instituto Península. E Giuliana vai demonstrar aqui pra vocês uma simulação da plataforma.

A SR.^a GIULIANA CUCCIOLIOTO – Obrigada, Everaldo! Boa tarde, conselheiras, conselheiros, auditores, técnicos. Eu sou a Giuliana. É muito especial pra mim estar aqui hoje. Eu sou do Movimento Profissão Docente. E apresentando o movimento, em primeiro lugar, nós somos uma coalisão de organizações de terceiro setor, sete ao total, Instituto Península, Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, a Fundação Telefônica VIVO e a Flupp. E lá no Movimento Profissão Doente, nosso objeto é transformar a educação por meio da valorização dos professores. Então nós apoiamos 22 redes de ensino atualmente. E o nosso apoio é um apoio técnico com esses governos. Apoiando eles a se estruturarem, avaliarem, implementarem suas políticas públicas para professores. O Movimento Profissão Docente não faz aporte de recursos dos governos, tão pouco recebe recursos financeiros. É muito mais uma parceria pra gente poder apoiá-los como eu falei, ao longo desse ciclo de políticas públicas que envolvem a valorização, o reconhecimento desenvolvimento dos professores. Lá no Profissão Docente, eu sou alocada na área de carreiras. Então aqui estou acompanhando muito a equipe do Eixo 02, do Comitê Técnico de Educação. E hoje vou apresentar pra vocês como é que vai se dar um pouco da coleta de dados e apresentar um gostinho também de qual vai ser o principal resultado desse grande projeto. E aí vou vir aqui agora pra poder apresentar pra vocês. Já estamos vendo aí como é que vai ser a carinha. Acho que vale ressaltar que essa plataforma de coleta dos dados, que foi contratada, a Inspect, é a mesma que conduz a coleta dos dados do IEGM. Então é interessante porque os gestores, os auditores, já tem familiaridade com essa plataforma, o que vai ser, com certeza, de grande valia para o projeto. Então, aqui no questionário, como Everaldo muito bem colocou, nós temos 38 questões ao total. E essas questões vão desde perguntas sobre ingresso dos professores na carreira a perguntas sobre

jornada; qual o tempo de cumprimento desse professor dentro da rede de ensino; questões sobre evolução ao longo da carreira; quais são pra esse professor progredir, e questões também de remuneração, né, de valorização salarial. Então aqui, passando brevemente, nós temos perguntas sobre o perfil do ingressante. Nós temos perguntas sobre o concurso público. Então, a gente pergunta qual foi a data de realização do último certame; quantas vagas foram abertas; qual foi a qualidade desse ingresso, ou seja, quais as etapas utilizadas pra avaliar esse professor no momento do concurso público; qual a duração desse concurso, a vigência do edital. A gente também faz essas mesmas perguntas para os processos seletivos simplificados. A gente sabe que hoje em dia muitos professores não têm vínculos efetivos nas redes. Desde 2022 mais da metade dos professores no Brasil, na rede pública, são professores temporário. Então é importante a gente conhecer também quais são os critérios de contratação desses professores. A gente pergunta aqui questões sobre jornada, questões sobre aplicação do piso. Então, por exemplo, como as redes fazem o comprimento do piso salarial para os professores? Elas pagam esse valor no vencimento básico, conforme é recomendado até inclusive pelo parecer do IRB, ou elas pagam algum tipo de gratificação ou abono para esses professores? São questões que hoje, a gente não sabe, pelo menos 67% dos professores que estão com esses vínculos municipais. Enfim, critérios de progressão, quais são os limites para progressão a gente pergunta também. Em todos os casos, a gente pede pra eles colocarem anexos com a legislação que vai ditar sobre aquela informação que a gente tá perguntando. Aí a gente pergunta, a gente pede pra eles anexarem a legislação, mas também pra identificar qual é o artigo, qual é o inciso que está ditando ali aquela regra. É um questionário simples, né, são 38 questões. Então, ele não é tão curto, mas também ele não é tão extenso. Acho que vale citar que a gente fez várias testagens com essas perguntas com diversos gestores públicos. E acho que, conforme agora, a gente for dar mais andamento no projeto, a gente vai, cada vez mais, aprimorando esse instrumento. E aí, essas 38 questões vão gerar um *dashboard* de análise que vou mostrar pra vocês agora. Então como vai se dar, como vai ser o resultado imediato desse projeto. A gente vai ter um *dashboard* que pode ter esse carinho aqui, é uma primeira versão. E a gente divide esses diversos indicadores que vão ser calculados em cinco grandes blocos. Então nós teremos indicadores de ingresso na carreira docente, como o Everaldo falou, sobre concursos públicos e processos seletivos simplificados; indicadores de jornada a respeito do tempo, da duração desse vínculo do professor com a rede, a respeito do local de comprimento desse vínculo por hora/atividade, por exemplo. A gente vai ter indicadores de

remuneração, indicadores de progressão e uma análise individual e comparativa rede a rede. E agora, o que eu vou apresentar pra vocês são esses indicadores para as redes estaduais, como Everaldo também falou. O Movimento Profissão Docente faz o levantamento, desde 2022, anual para as carreiras estaduais. Então eu vou mostrar esse gostinho aqui. E este aqui tá super fresquinho, acabou de sair no início do mês. Então, bora lá! As redes estaduais hoje fazem concursos a cada quatro... Elas estão, na verdade, há quatro anos sem realizar concursos públicos. E aqui, quando a gente coloca a divisão dessas redes em faixas anuais, a gente tem 14 redes, que estão até há dois anos sem realizar concursos. Mas a gente tem redes, pelo menos três, que estão há dez ou mais anos sem realizar um concurso pra professores. Esse é um dado um pouco chocante. Quando a gente olha também pro intervalo entre esses concursos, a gente tem que ele é, em média, há cinco anos e meio. E quando a gente olha pra qualidade desse ingresso no concurso público, a gente vê que a maioria das redes utiliza provas objetivas pra contratar os professores, pra selecioná-los. Mas a gente tem também a prova de títulos. Então a verificação de qual é a qualificação que esse professor vai ter, redes que usam provas discursivas. E quatro redes que utilizaram prova prática no seu último concurso pra professores. E a prova prática é um instrumento superinteressante porque as pesquisas mostram que ela é o instrumento mais preditivo da qualidade do professor em sala de aula. Então de todos esses, quatro que estão aqui, que são mais utilizados, esse aqui, a prova prática, é o que mais vai ter relação com a eficácia do professor, ou seja, da competência dele em conduzir o processo de ensino/ aprendizagem, dentro da sala de aula pra fazer o aluno atingir todas aquelas competências, habilidades, que estão na BNCC. O Ceará, inclusive, é o precursor da prova prática no Brasil. Desde 2008, se não me engano, eles fazem esse tipo de prova. E aí, quando a gente vai olhar para os processos seletivos simplificados, a gente tem que eles tem uma duração aí de três anos. E as etapas mais utilizadas são a prova de títulos, e o tempo da docência do professor. Então, a gente tem um professor que tá ali na rede por pelo menos três anos, mas pelo menos cinco redes estaduais não utilizam nenhum critério objetivo pra contratar esses professores. Então, olha aí o *gap* de informação que a gente tem. Aqui são os indicadores de jornada. Então a maioria das redes tem jornada de 20/40 horas semanais das estaduais. A gente tem que a maioria das redes cumpre o mínimo de 1/3 de hora/atividade conforme é estabelecido pela lei do piso. Mas outras redes preveem mais de 1/3 dentro do plano de carreira pra esse momento sem interação com os educandos. E outras redes estaduais, na verdade, oito jornadas do total, das jornadas que existem ali nas redes estaduais, não cumprem

1/3 que tá previsto na legislação. Então o professor está tendo um direito ali, que ele teria de um tempo pra fazer o seu planejamento, a sua formação continuada, correção, avaliação de atividades, não tá sendo atingido o que é previsto pela legislação nacional. E quando a gente olha pra esse local de cumprimento, a gente tem aqui que 4 cumprem totalmente na escola, 12 redes parcialmente na escola, 3 redes em um local de livre escolha do professor, e 6 redes que não definem isso no plano de carreira. Isso aqui é um aspecto muito importante também. Porque a formação continuada, dentro da unidade escolar, é a ação que a rede pode fazer com o professor que mais vai ter impacto na aprendizagem dos estudantes. Então os estudos mostram que se você fizer uma boa formação continuada com esse professor, depois de três anos, os resultados dos estudantes vão começar a ter ganhos significativos. Então pra gente poder alfabetizar o Município de Dom Câmara, que Alípio mostrou ali no começo da apresentação dele, a gente precisa fazer isso aqui. Aqui, a gente tem os indicadores de remuneração. São muitos, também não vou me alongar em todos. Mas, por exemplo, 81% das redes estaduais atinge o valor do piso salarial no vencimento básico. Essas outras 19% de redes que estão faltando, fazem esse atingimento por meio de gratificações ou abonos. São quatro, né, desses 19%. E a gente tem também esses valores médios. Então remuneração inicial pra professores no início de carreira R\$ 6.867,00; remuneração final para os professores com licenciatura no final de carreira, em média R\$ 10.300,00; remuneração pra professores com doutorado no final de carreira, de R\$ 14.000,00. E as faixas salariais. É importante até pra gente descobrir os *outlines*. Então tem uma rede estadual que paga já no início de carreira mais de R\$ 10.000,00 para os professores. No final da carreira, os professores chegam a receber R\$ 25.000,00. É algo que a maioria das pessoas não conhece, está no imaginário popular que os professores não ganham tão bem. Enfim, a gente tem que dar visibilidade para essas informações. É isso que esse projeto aqui tá almejando. E 12 redes pagam mais de R\$ 800,00 em gratificações para os professores. Essas gratificações aqui que são superimportantes. Então, por exemplo, será que a rede tem uma gratificação que consegue incentivar que um bom professor atue numa escola com um desempenho não tão adequado? Será que existe esse tipo de mecanismo de incentivo na carreira? A gente não sabe; e pretendemos descobrir. E aqui, por fim, os indicadores de evolução funcional. Isso aqui que é o coração da carreira. Conforme o professor vai se desenvolvendo, vai crescendo, a gente vai evoluindo, e concedendo valorização ali pra ele. Então, por exemplo, quais são os critérios pra evolução nas carreiras? A maioria usa titulação. Então o professor consegue um mestrado, um

doutorado, ele vai tendo ganhos significativos. Avaliação de desempenho. Mas quais são esses aspectos que estão sendo aferidos na avaliação de desempenho? Será que a gente só aferir a pontualidade, a assiduidade desse professor, é suficiente? Será que tem outros fatores que estão mais relacionados à aprendizagem dos estudantes? Enfim, quais são os limites que as redes colocam pra progressão? Porque a gente quer uma boa carreira, uma carreira moderna e interessante. Mas a gente quer também que as redes fiquem dentro da sustentabilidade fiscal. Isso aqui é interessante pra gente poder entender a amplitude temporal nas carreiras, em quanto tempo os professores vão atingir a remuneração final. A gente tem que a média pro Brasil é de 26 anos, o interstício de quanto em quanto tempo ele vai tendo esses ganhos salariais. E aqui uma linha do tempo da atualização das regras de evolução das carreiras por estado. A gente tem carreiras do Anos 90, e carreiras que já foram atualizadas este ano, em 2024. É interessante ver como as redes estão se comportando nessa tendência de, cada vez mais, modernizar as carreiras. Por fim, o comparativo entre redes. Eu trouxe dois casos reais, mas estão anonimizados aqui, estadolândia e estadopolis. Então a ideia é fazer esse comparativo. Que uma pessoa hoje, “quero ser um professor”, um estudante de licenciatura, “quero ser um professor, onde será que eu posso fazer um concurso público, onde eu consigo comparar as remunerações dos municípios vizinhos aqui da minha região”. Hoje em dia esses estudantes de licenciatura não têm acesso a essas informações. Aqui ele teria. Então ele vai vendo, “aqui, o último concurso realizado foi em 2023, ano passado, a remuneração inicial é de 5.200,00 e a final de 13.700,00; interessante”. “Deixa eu ver esse outro aqui, realizou concurso no ano passado também, tem uma remuneração um pouco menor, mas tem uma amplitude temporal menor; eu vou chegar nesse salário aqui, final, mais rápido”. Então ele consegue fazer esses comparativos. Enfim, consegue tomar uma decisão sobre entrar na docência no exemplo que a gente tá colocando. E aí, era isso que eu tinha pra trazer pra vocês de simulação, de demonstração de qual seria o resultado do projeto. E vou voltar aqui à palavra pro Everaldo.

O SR. EVERALDO LINO ALVES (TCM-PA) – Bom! Então quais são os próximos passos a serem definidos nesse eixo? Serão encaminhados ofícios para adesão dos Tribunais. E a previsão do início da aplicação aos jurisdicionados é março de 2025. Isso é uma previsão a depender de como se comportar os nossos cronogramas. Isso pode ser alterado. E finalizar, a gente deixa aqui uma mensagem “sem professor, não há educação. e sem educação, não há futuro!” Obrigado!



O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Bom, amigos! Tudo dito. Precisamos de muita ajuda para algumas questões importantes. Primeira questão, nós precisamos que essa estratégia esteja nos planos anuais de fiscalização ou nos planos anuais de controle externo de cada um de vocês. Então é importante, a gente tem pedido... A conselheira Cleide veio, voltou, está lá atras, obrigado pela sua presença! Conselheira Simone estava rondando por aí. Eu também quero registrar. Aqui, tá vendo. Não tinha visto, perdoe-me, Simone! Então, colocar nos planos anuais de controle externo de fiscalização de vocês. Esse é o primeiro passo. Porque a gente vai mandar os ofícios, mas quanto tiver a hora. Então é importante a gente ter uma antecipação pra que isso esteja previsto. Vocês viram que o sistema será, a informação, será feita direta no site pelo jurisdicionado. Aí a preocupação era a seguinte, “nós, auditores, vamos ter que validar Minas Gerais, os oitocentos e tantos municípios?” Não! Não sei se vocês conseguiram ler, passou muito rápido, mas eu conseguir ler, nos questionários tem “faça o que a *upload* da informação”. Então toda informação será auditada por qualquer cidadão. Então nós teremos uma informação que tá lá. Se tiver divergência com o documento da lei que foi estabelecida a informação, qualquer pessoa conseguirá identificar. Claro! Os Tribunais, seria de muito bom tom que os Tribunais fizessem por amostragem uma validação pra gente perceber se tá correto. Mas ao longo do tempo, nós colocaremos informação, “se você encontrar uma inconsistência, informe ao Tribunal de Contas, que nós faremos a verificação”. Então vejam! Giuliana, muito qualificadamente, foi apresentando o sistema. Mas nós conseguimos ter informações estruturadas como o início salarial na carreira, o final salarial, o tempo de progressão. A gente estruturou o plano de carreira dele inteiro pra essa informação. Então, os Tribunais de Contas que recebem folha de pagamento, vão conseguir fiscalizar; combinando esses dados com a base das folhas de pagamento, a progressão dos professores, por exemplo. Quanto tempo esse professor tá. Porque lá na folha de pagamento, a gente não tem tempo de ingresso dele, a data de ingresso. Então a partir da data de ingresso, a gente calcula quantos anos ele tem. Se tiver temporalidade na progressão, nós vamos saber. Então tem uma série de possibilidades que estarão estabelecidas. Só uma correção na fala da Giuliana é ‘nesse aqui a gente teria’, nesse aqui a gente terá. Porque ele vai acontecer por conta deles, não por minha conta. Mas por conta desse grupo que está aqui, nós teremos essa informação. Foi feito um levantamento com os diretores escolares. Foi conduzido, inclusive, pelo conselheiro Fabrício Motta; Fernanda era secretária executiva, foi quem pegou no chifre do touro. Aqui, nós vamos fazer com a possibilidade de nós ficarmos renovando esse questionário

de forma permanente. Então nós podemos anualmente, bianualmente, fazer uma revisão dessa informação pra que ela esteja sempre de forma dinâmica, atualizada. Porque ela nos servirá, inclusive, como disse bem o Everaldo, responder perguntas sobre “é possível ou não é possível pagamento do piso aos professores? Não é possível, por quê? Como é que está essa rede?” Porque a gente tem batido muito na configuração da rede. Porque a gente precisa, nós, Tribunais de Contas, nós temos, na minha compreensão, o dever de induzir a ser feito o que é certo, porque é certo, não porque é popular. E na educação, nós temos muitos discursos populares, mas que acabam distanciando os estudantes da efetividade da aprendizagem. Então, nós precisamos respeitar as diferenças. E pra respeitar a diferença, ou seja, aportar mais recursos financeiros, numa localidade que mais precisa, eu preciso otimizar o custo onde eu posso oferecer educação com escala. Se eu jogar dinheiro fora, onde eu posso otimizar, faltará dinheiro pra eu colocar onde precisa de uma atenção maior. Seja ela uma atenção maior, pela territorialidade. Então é uma localidade camponesa de baixo número populacional, que vai ter poucos alunos numa escola, mas precisa ter aquela escola lá. Ou aportar mais recursos financeiros por conta de uma educação especial em que os alunos, os estudantes, precisarão de um acompanhamento especializado de maneira mais próxima. Então, a gente precisa fazer com que isso tenha efetividade. No momento em que nós conhecermos as redes - e nós temos condição de fazer a verificação pelo outro lado, porque nós temos, através do censo escolar, número de matrículas dos estudantes nas escolas, e a gente consegue ter um mapa dessa rede - nós também teremos, comparando com a carreira, a condição de fazer uma série de análises e levantamentos que respondam isso. E não só nós, Tribunais de Contas, mas o terceiro setor, que é um interesse do Movimento Profissão Docente, ter essa informação. Porque fazer o levantamento de 27 é um pouco mais fácil do que de 5.570. Então poder, os institutos, as organizações e a academia brasileira, fazerem pesquisas nessa direção. Com outro detalhe importante: os Tribunais de Contas são uma fonte confiável! Então uma coisa é você divulgar uma informação e uma análise de um dado que você gerou. A outra coisa é você fazer um estudo sobre um dado que é pelo setor público, validado; e pelo setor público por uma Instituição como o Tribunal de Contas. Então tudo isso está presente nesse projeto, que só se viabilizará com empenho de todo mundo. E eu falo isso repetidas vezes porque eu reconheço as dificuldades que têm os nossos Tribunais de Contas em receber um volume muito grande de demandas externas, um volume muito grande de demandas do sistema de controle. Por isso que nós fazemos uma por ano. Por isso que nós não estamos colocando a faca no pescoço



para o uso do acompanhamento. Apesar de saber também, conversado com todos vocês, que a etapa mais demorada é a etapa do planejamento. Todas as ações, conselheiro Ranna, do Comitê de Educação, são para execução. A fase anterior é feita no Comitê, não é feita no Tribunal. Então, eu entendo que esse é um diferencial grande que nós oferecemos. Porque quando chega uma demanda no Tribunal do sistema de controle, é pra que o corpo de servidores do Tribunal faça tudo do zero. Aqui não, aqui, a gente já vai com mais de meio caminho andado; com uma diferença importante, enquanto um planejamento, feito no Tribunal de Contas, vai ser feito por um, dois técnicos, quando muito, três, não é essa a realidade? Aqui, a gente faz com 69 técnicos de uma única vez. Aqui, a gente faz com 20 de uma única vez. Então, a chance de nós conseguirmos observar as especificidades de cada lugar, é muito maior. Porque nós temos gente de cada lugar, observando as suas próprias especificidades. Então a gente faz o apelo que os Tribunais abracem isso como sendo projeto de cada um de nós. Porque é isso que dará a amplitude que nós precisamos. Porque veja, ao final, eu dizer, “olha, quase todos os municípios foram alcançados, é diferente de eu dizer, todos os municípios foram alcançados”, por quê? Porque nós podemos dar uma primeira informação: x municípios no Brasil não tem plano de carreira pro magistério. E isso já é uma informação que pode nos impactar muito. A gente pode ser impactado positivamente por umas informações, como a carreira que a Giuliana mencionou ali do Estadolândia, que ela não disse qual é a rede. Mas nós também podemos ser impactados negativamente. Que inclusive, é o que temos mais chance de ser, sendo bem realistas. E a gente não enfrenta determinados problemas, por desconhecê-los. Então nós falamos da valorização dos professores, mas a gente não conhece a sua realidade, de fato. A gente conhece por ouvir dizer, de forma genérica, aquilo que nós temos a impressão de ser. Olhe bem quanta insegurança nessa frase, nessa constatação. Nós precisamos ser mais objetivos pra que nós consigamos alcançar aquilo que desejamos no que diz respeito à valorização dos profissionais do magistério, que é o nosso ponto inicial, nosso ponto de partida. Nos pediram pra fazer uma marca desse projeto. Aí, vocês viram que a Giuliana, até na apresentação, colocou ali carreiras docentes. E como nós provocamos tudo, em tudo nós somos provocantes e provocativos, a gente fez diferente, fez “carreiras públicas”, com “docente” em destaque, por quê? Se algum outro segmento quiser fazer o mesmo movimento, seria muito importante que os Tribunais passassem a ter esse compromisso de mapear as carreiras de todos os segmentos das políticas públicas brasileiras. Então, a gente tá começando um processo que pode, inclusive, inspirar outros colegas a fazerem suas áreas

específicas. Então aqui, mais uma vez, eu reitero meus agradecimentos ao Everaldo, que está aqui. Mas imagino que a Caroline está nos acompanhando virtualmente, que é a coordenadora do eixo, que tá trabalhando nesse trabalho. O Tribunal de Contas do Piauí tem sido muito efetivo na participação desse Comitê. Agradecer ao Instituto Península e ao Movimento Profissão Docente, pela parceria, pelo trabalho. Tem sido um grande aprendizado, porque nós não sabemos tudo, né, gente? E a gente precisa muito de recorrer a quem possa trocar conosco. Nós temos um conjunto de possibilidades que eles não têm. E eles têm um acumulado que nós não tínhamos, e estamos tentando sugar pra ter, pra aprender. Então, meus agradecimentos. E meu agradecimento a todo o Comitê. Aqui nesse projeto, temos o conselheiro Cezar Colares e a conselheira Adriana Oliveira, como padrinhos; padrinho e madrinha desse projeto. Então, ao que temos dificuldade, nós recorremos aos dois. Eu vou convidá-los aqui. Caso queiram fazer uso da palavra, por favor, já fiquem à vontade, já podem se chegar. Porque é importante pra gente estabelecer uma grande articulação. O conselheiro Cezar Colares, é um conselheiro muito participativo nesse Comitê, da mesma forma que a conselheira Adriana. Que, além de participarem, tratam de maneira muito apaixonante essa temática, que é muito cara pra todos nós. Então, a vocês, muito obrigado! Muito obrigado a todos os envolvidos. Se eu esqueci de agradecer a alguém, que eu precisava muito agradecer, vocês me perdoem muito. Mas nós estamos apostando toda a nossa crença nesse projeto, não só nós, o IRB; não só nós, o Movimento Profissão Docente, que tá testemunhado pela dedicação. Mas nós todos que nos empenhamos pra que esse projeto chegasse até aqui. Então já delongado demais, passo a palavra, com a permissão do conselheiro Cezar Colares, para a conselheira Adriana Oliveira; em seguida para o conselheiro Cezar Colares.

A SR^a CONSELHEIRA SUBSTITUTA ADRIANA OLIVEIRA (TCM-PA) – Boa tarde a todos os queridos e queridas, ao nosso presidente, que sempre nos brinda com esse seu entusiasmo, a sua competência, o seu compromisso. Eu sempre digo que ele é um missionário. Ele já me contou um pouco da história dele, e eu consigo entender todo esse comprometimento dele. Bem! Quero parabenizar também todos que fazem o eixo, a equipe responsável pelo Eixe 02. E aqui parabenizar o nosso auditor, o Everaldo, porque é recente uma coordenação específica, tratando de educação, lá no nosso Tribunal. Então isso é muito incipiente, ao mesmo tempo que nos encanta, mas é uma travessia, em especial no estado lá, no norte. O Rodrigo já conhece, meu sonho é levá-lo pro Marajó. Ele até nos enganou, disse que iria talvez agora. Segunda-feira já pode ir conosco, já convidei também o procurador João Augusto pra estar conosco lá, pra



conhecer um pouco dessa realidade adversa. A conselheira Patrícia, que vejo ali, também já fiz o convite. Mas de forma breve, conselheiro Ranna, o que quero dizer, já tá convidado pra ir pro Marajó, também. É barco, são 12 horas de barco, pra gente ir lá ver e entender um pouco dessa realidade. Mas o que eu penso disso tudo, do Comitê e dessa articulação, conselheiro Rodrigo, é que nós percebemos que enquanto indivíduo, o nosso cognitivo é limitado. Então nós não vamos conseguir pensar essas soluções. Então, quando eu vejo que nós nos reunimos, há um preenchimento. Nós temos uma esperança, por quê? Porque nós somamos as nossas perspectivas, que não são somente de trabalho, de projeto, mas que são de sonhos. Porque é preciso sonhar pra mudar essa realidade. É Giuliana, não é? Eu te vi falando, eu fiquei muito emocionada pela tua juventude, pelo teu viço. E aí, eu fico pensando assim, nossa, ao lado do conselheiro Cezar, eu dizia, “que coisa maravilhosa”. Te escutar Giuliana! E ter o Everaldo que diz que já foi um professor. E também quero dizer do Eixo 04 também, que tivemos a oportunidade de escutar também toda a apresentação. Ficamos encantados. E penso que nós possamos ter essa perspectiva de futuro em que ninguém pode tudo, ninguém pode sempre, ninguém pode sozinho. Essa é a regra, inclusive, de saúde mental. Então eu digo assim, quando a gente compreende isso, a gente sombreia, e pode sonhar dias melhores. Então nós precisamos desse projeto. E foi fantástico construir uma plataforma, pensar em uma plataforma, que vai ser preenchida. Nós precisamos ter essa força de incluir no PAF, e fazer com que eles possam preencher, e que a gente possa ter essa perspectiva de mudar o cenário. Então, assim, é para parabenizar cada um, cada uma aqui presente. Esse nosso presidente que nos estimula. Porque às vezes é difícil ter uma reunião, não é Rodrigo. É muito difícil, são muitas as demandas. Então, eu só fico feliz aqui. E mais uma vez, eu me congratulo com cada um, que possamos ter êxito. Que ano que vem, o relato disso já possa ser muito diferente para cada um de nós. Tá bom!? Uma boa tarde! Vou passar a palavra pra quem vai encerrar, quem conhece muito bem a nossa realidade. Porque é muito importante, conselheiro Ranna, ter pessoas que são ousadas, não é, nessa travessia. Eu sempre digo, o conselheiro Cezar, ele é uma inspiração lá pro nosso Tribunal, porque ele tem essa ousadia. Ele percorre um caminho que, às vezes, eu já disse pro conselheiro Rodrigo, a gente pensa, a gente tem que estar por trás estimulando pra que ele não desista. Eu sempre disse: na hora do cansaço, descansa, mas não desista. Nós precisamos uns dos outros. Uma boa tarde! Paz e bem!

O SR. CONSELHEIRO CEZAR COLARES (TCM-PA) – Vocês perceberam o quanto ela é minha amiga, né? Esses elogios todos é em nome da amizade. Uma boa tarde a

todos! Fico muito feliz, Rodrigo, de poder estar aqui hoje. Andei um tempo afastado por questões pessoais. Mas estava ali assistindo às apresentações. E faço questão de dizer o quanto eu fico entusiasmado, cada vez mais entusiasmado, com os trabalhos desse Comitê, com que já foi feito, com o que está sendo feito, e com o muito que se pode fazer ainda. Vejam a capacidade que esse Comitê tem e a capacidade que os Tribunais têm, que acho que não usamos nem 10% dessa capacidade. Então eu quero começar parabenizando todos os técnicos que fazem parte do Comitê, os conselheiros que fazem parte do Comitê. E essa condução sempre muito dedicada, muito apaixonada do Rodrigo, sempre com muita vontade, vencendo dificuldades pra fazer esse trabalho ir à frente. Estava olhando ali a apresentação da “Criança Alfabetizada”, o que foi construído, os dados que se levantou. E o Rodrigo, uma hora disse assim, “eu queria que isso fosse obrigatório”. Mas é aí que entra, pra mim, essa grande capacidade dos Tribunais de Contas, que podem muito além de termos os dados, de termos os levantamentos, de termos os relatórios. Nós podemos fazer mais. Nós temos uma capacidade de indução muito grande dos nossos jurisdicionados, sejam municípios, sejam os estados, sejam os governos estaduais. É isso que eu digo, que acho que não usamos nem 10, nem 5% ainda dessa capacidade. Então nós temos como tornar isso quase que obrigatório, a partir do momento em que o Tribunal vai no Município, conversa, “olha, tem eu fazer isso, nós precisamos desse dado, vai ser importante pro município”. Isso, aplica-se tanto ao tema anterior quanto esse, que vamos iniciar agora. Falar com a conselheira Adriana, que há muito tempo, não é, Everaldo, que a gente vem tentando fazer isso no nosso Tribunal, E ainda não conseguiu, E agora, nesse Comitê, com essa quantidade de técnicos dedicados, está aí o que a gente já queria fazer lá, e agora vai poder fazer. Eu sempre afirmo, acho que a gente pode ir adiante ainda. Então vai ser um desafio poder conversar, induzir os jurisdicionados a fazer esse preenchimento da forma correta. Porque esse vai ser um dado assim importante, fundamental. Acho que não tenho nem ideia da importância da gente ter esses dados do País todo sobre essa questão. Você imagina o que isso pode interessar pra um debate com o próprio Ministério da Educação sobre essas questões. Que até o Rodrigo falou, municípios menores, municípios pequenos, municípios que têm uma densidade territorial grande, populacional baixa, é necessário discutir uma regionalização de piso, ou algo parecido. Não dá pra discutir sem ter esses dados, sem ter esses levantamentos. Então é um alcance muito grande. Vai ser um grande desafio. E acho que a gente vai poder avançar agora. É um desafio muito grande. Nós estamos aqui pra iniciar a aplicação em março de 2025. Estimular o jurisdicionado a aplicar, é um trabalho

grande. Mas o Tribunal tem capacidade, os Tribunais têm capacidade pra isso, têm força pra isso. Mas até lá, nós temos alguns passos assim que vão precisar ser preenchidos. Temos que ter adesão dos Tribunais. Esse é um trabalho também que vai precisar de uma dedicação bem forte. Estamos no final do ano, muitos Tribunais estão mudando a gestão agora, no final do ano. Vamos ter novos presidentes a partir de janeiro. Então, de repente a articulação que está sendo feita agora, tem que ser refeita a partir de janeiro. E acho, Rodrigo, que, apesar da dedicação dos nossos técnicos e dos conselheiros, que compõem esse Comitê, não vai dar pra fazer isso sozinho. Acho que a gente vai ter que fazer uma grande articulação, envolvendo o IRB, envolvendo a Atricon, pra que essa mensagem, o CNPTC, pra que essa mensagem possa chegar aos Tribunais, para que os Tribunais façam adesão, pra que eles façam adesão, pra que eles possam capacitar os seus técnicos e possam estimular os governos estaduais, os municipais, a preencherem esse formulário. Acho que a gente tem um trabalho muito grande pela frente. Mas mobilizando, sensibilizando os Tribunais, podendo mostrar o alcance e a amplitude desse trabalho, não vai ser difícil depois que os Tribunais, a hora que comprarem realmente a ideia, Ranna, eles possam fazer com que tantos municípios, como os governos estaduais, possam preencher esse formulário e dar início aí pra um grande debate e um grande trabalho de reformulação. E pra que a gente chegue num ponto, como disse Everaldo e Rodrigo, pra que a gente possa, quando um prefeito disser, “o meu município não consegue pagar o piso”, pera aí, “não consegue por causa disso aqui, ou a tua rede tá superdimensionada, ou que tem mais gente do que tu deverias ter, ou a tua legislação está completamente fora do padrão, por isso que não consegue, ou algo parecido”. Então é um desafio muito grande. Eu estou cada vez mais entusiasmado. Agradeço à oportunidade de a gente participar! Mas é um trabalho agora que a gente vai ter que se dedicar muito, os conselheiros, o presidente e os técnicos dos Tribunais, pra gente alcançar esse objetivo. Então, mais uma vez, parabéns a todos que fazem esse Comitê! Parabéns, Rodrigo pela tua condução! Estamos aí junto pra gente poder alcançar esse objetivo. Parabéns, gente!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Obrigado, conselheiro Cezar Colares! Uma informação foi dada; na fala da conselheira Adriana, lembrei de outra. O início é março de 2025. Seria muito muito bom se nós lançássemos no próximo Sined, é um evento nosso, da nossa Casa, setembro de 2025, tem uma data.

O SR. CONSELHEIRO CEZAR COLARES (TCM-PA) – Já foi dito que vai ser um Sined inesquecível!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO – Não é? Se a gente não conseguir, nós temos novembro do ano que vem de novo. Mas fica aqui a provocação, porque o Sined é muito nosso. Já pensou, na programação nós propormos a divulgação dos resultados nacionais? Vamos inclusive, encaminhar um documento para os Tribunais, pedindo que eles façam essa provocação. Muito obrigado, conselheiro Ranna! É isso! Então, eu peço que os conselheiros todos, todos os conselheiros se sintam representados na fala do conselheiro Cezar Colares e da conselheira Adriana. Então, aqui, conselheiro e conselheira substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, do qual Everaldo é auditor e coordenador da área de educação. Não é por acaso que Everaldo que é o coordenador, pelo apoio dos dois. Por isso que nós chamamos os dois pra virem falar, pra vocês irem conectando. Espero, Cleide, Simone, Patrícia, Ranna, que vocês se sintam representados pelos dois. Eu queria agradecer muito à presença de vocês, agradecendo ao meu colega, conselheiro Carlos Ranna, que pela primeira vez nos visita no Comitê Técnico de Educação. Estou muito feliz com sua visita, com sua parceria. E cumprimentar todos os auditores, cumprimentando Julia, que o ano passado recebeu a tarefa, no Tribunal, de substituir Paula, que todos vocês conhecem. Julia, levanta aí. Essa moça está lá no núcleo de educação, substituindo Paula, que vocês conheceram por tanto tempo. Porque Paula, hoje, é chefe de gabinete de um colega, conselheiro Davi Diniz, que tomou posse recentemente no nosso Tribunal. Então, a todos vocês, o meu muito obrigado, o meu abraço, o meu chamego, o meu cheiro! Não é assim que fala? Está encerrada a nossa reunião do Comitê Técnico de Educação. Eu posso pedir a vocês todos para se posicionarem aqui à frente pra tirarem uma foto desse grupo maravilhoso? **(final)**